

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB Ano IV – Nº 14 – Outubro / Novembro / Dezembro – 2014

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Maria Alice Setubal
Presidente do Conselho da Fundação Tide Setubal
Cidadania: autonomia individual e responsabilidade social



Michelle Obama
Primeira-dama dos Estados Unidos da América
Papel fundamental nas ações sociais dos Estados Unidos da América



Melinda Gates
Copresidente da Bill & Melinda Gates Foundation
Assistência social para salvar vidas ao redor do mundo

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios
CAC: 3003 0100 ou 0800 725 7282 (informações) e
0800 725 0100 (sugestões e reclamações)
Ouvidoria: correios.com.br/ouvidoria
SIC: correios.com.br/acessoainformacao



propag

Em uma eleição, tem mais chance o candidato que for mais lembrado pelo eleitor. Por isso, conte com a capilaridade, os serviços e produtos dos Correios para fazer com que o seu nome chegue da melhor forma até quem você quer atingir.

correios.com.br/candidato



OPERADOR LOGÍSTICO OFICIAL

TM Rio 2016



Correios. As melhores soluções que aproximam você e seu eleitor.

- Mala Direta Postal • Serviços de Resposta
- e-DNE • SEDEX • PAC



O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO IV – Nº 14 – Outubro / Novembro / Dezembro – 2014

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dr. Luís Alexandre Oliveira Castelo

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

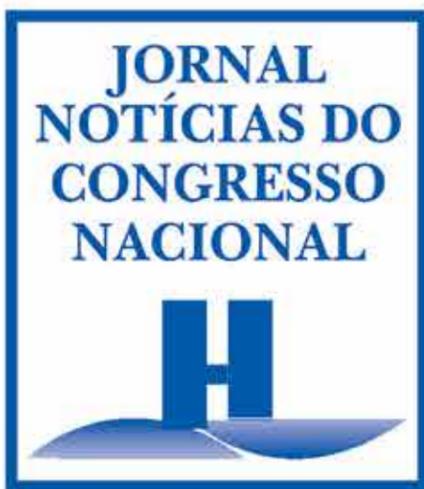
* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no *tablet* e no *celular*.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO
JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL
PARA IPAD E ANDROID.



CIDADANIA: AUTONOMIA INDIVIDUAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

“O indivíduo é o pior inimigo do cidadão.” (Alexis de Tocqueville)

Maria Alice Setubal (Neca Setubal) é socióloga, doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Ciência Política pela USP Universidade de São Paulo é Autora de diversos livros e artigos para revistas e jornais, foi coordenadora de Educação para América Latina e Caribe pelo Unicef. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal.

O exercício da cidadania na sociedade contemporânea exige uma atuação que não se reduz ao voto nas eleições para o Executivo e o Legislativo, uma vez que diferentes instâncias participativas, como fóruns, conselhos e conferências, são fundamentais nas políticas públicas que regem o cotidiano dos cidadãos. Acrescente-se, ainda, o avanço das ferramentas virtuais, que ajudam na mobilização dos indivíduos por causas e ideias, o que facilita maior participação política.

Assistimos, portanto, à ampliação do espaço para o diálogo entre os diferentes grupos sociais, econômicos e étnicos na busca do respeito aos diferentes pontos de vista e à luta por causas. Nesse contexto, a marca da sociedade contemporânea é a possibilidade de protagonismo e de autoria, na qual os indivíduos querem preservar sua autonomia, e não seguir apenas palavras de ordem de partidos, sindicatos ou movimentos sociais. Nas palavras de Marina Silva, “Os jovens vivem aquilo que chamo de ativismo autoral. No passado, a gente tinha um envolvimento puramente emocional com as nossas causas, que eram como carmas. Hoje, esse envolvimento está muito mais relacionado ao sensorial, ao prazer de participar de uma experiência que é criativa, produtiva e livre. Nós precisávamos de um porto seguro, do partido, do comitê central. Os jovens não precisam mais de um porto seguro; preferem uma âncora. A diferença é que, no porto, eu fico atracado e, com a âncora, ganho mobilidade e certa governabilidade”.

O desafio da sociedade contemporânea é sair do individualismo e caminhar na direção da autonomia por meio de cidadãos conscientes da própria historicidade social e capazes de articular passado, presente e futuro em um projeto para o coletivo. Uma sociedade autônoma é composta de indivíduos autônomos, que não nascem com a identidade pronta, mas a constroem ao longo do tempo e assumem responsabilidade por ela, em constante movimento de ressignificação e atualização.

A construção de cidadãos autônomos requer o empoderamento com respeito às subjetividades e, ao mesmo tempo, a articulação entre emancipação individual e coletiva em direção a um projeto político, não necessariamente partidário. É uma construção realizada a partir da multiplicidade de intervenções individuais e coletivas em redes e arenas de participação, com a inclusão de diferentes segmentos da sociedade.

Um novo paradigma que leve em conta a autonomia e a participação precisa incluir as diferentes redes sociais em um grande ecossistema, em constante transformação e reelaboração.

Para a pensadora alemã Hannah Arendt, é no espaço público, isto é, nessa esfera em que podemos ver, discutir e realizar projetos que dizem respeito a todos, que a liberdade consegue de fato emergir. A convivência se dá por meio de ações que constantemente criam e recriam o “espaço entre as pessoas”. Dessa forma se estabelece-se um mundo comum, fruto de nossos ancestrais e que se projeta para aqueles que virão depois.

Esse mundo comum depende fundamentalmente da capacidade de comunicação entre as pessoas, da capacidade de estabelecer relações verdadeiramente dialógicas, de modo que se construam aproximações. Aproximar-se consiste em reconhecer, considerar o outro, ter empatia, de modo que se compreenda o outro antes de ser compreendido. É olhar com atenção, respeito e cuidado, considerando que atenção significa flexibilidade, abertura para o outro, empatia, para estabelecer vínculos de confiança por meio da escuta e da troca de experiências. Assim, torna-se possível construir relações mais sólidas, próximas e transparentes, baseadas na existência desse espaço de respeito e escuta, um espaço que se localiza entre as relações.

O respeito à diversidade tem, assim, um impacto direto na capacidade de se integrarem todos os homens e mulheres em suas diferentes condições, trazendo para o bojo da vida social a riqueza da interculturalidade, expressa em toda a sua complexidade.

As diferenças entre seres humanos estão presentes em toda e qualquer sociedade, e a construção da diversidade está marcada pelas características individuais e culturais e por nossas interações sociais, sobre as quais repousa a base para nossos conhecimentos, valores e representações sociais.

A cultura opera na integração dos diferentes componentes da sociedade, favorecendo as liberdades, responsabilidades e direitos de cada um. O contraponto seria a pobreza de referências culturais, que se traduz pela incapacidade de indivíduos ou comunidades de se apropriar dos elementos do patrimônio cultural, valores e tradições que dão sentido à existência. É a falta de capacidade de se vincular aos outros e a si mesmo, de sentir-se parte, reconhecido e útil socialmente, o que impede um desenvolvimento individual e coletivo.

Para o filósofo suíço Patrice Meyer-Bisch, as violações dos direitos culturais possuem um efeito paralisante, na medida em que a pessoa sem esse acesso tem maior dificuldade de estabelecer e dar sentido a vínculos culturais, de ampliar suas possibilidades de conexão, referências e projetos de futuro. Afirma o autor que essa falta de acesso à cultura está na base de outras dimensões da pobreza, impedindo o indivíduo de quebrar o encadeamento de precariedades em que ele se encontra e dificultando o desenvolvimento individual e coletivo.

A cultura expressa as diferentes formas de viver, além de valores e costumes de uma sociedade, e, nesse sentido, assegura a vinculação entre as pessoas e diversas instituições, tempos e espaços. Ela opera a integração entre os modos de pensar e fazer, além de compor uma teia de diferentes fios que se entrelaçam, de forma que são construídas novas concepções apontadas para o futuro.

A cultura, no sentido antropológico, tem papel fundamental nas mudanças da sociedade em direção a uma concepção de sustentabilidade, que traz em seu bojo uma noção de comunidade solidária, respeito à diversidade e luta pela paz e justiça social.

Pensar a cidadania na sociedade contemporânea implica o reconhecimento da individualização, da diversidade e da importância da vida pessoal, que deve combinar o individual e o coletivo.

A educação e a cultura são chaves para o fortalecimento da coesão social e de novas formas associativas que constituem a cidadania. A educação deve fomentar a participação das novas gerações no espaço público, na construção daquilo que é comum, na recriação do mundo. Ao introduzir os jovens nesse espaço público e iniciá-los nas linguagens que possibilitam participar em suas interações, a educação pode contribuir para uma ação livre e as possibilidades de conservar e renovar o que temos em comum.

A complexidade do mundo atual exige conhecimento multidimensional que articule as diferentes áreas do saber de forma aprofundada e sistêmica, e, por isso, a educação tem papel fundamental de qualificar essa participação e a criação renovada do espaço público por meio do conhecimento e também de estimular a reflexão, contribuindo, assim, para a capacidade de ação e de responsabilidade dos indivíduos.

A educação deve dar as condições para que crianças, jovens e adultos possam aprender a acessar, selecionar e analisar informações de modo que se construam conhecimentos que os habilitem ao exercício da cidadania. Para isso, é importante o aprendizado de valores democráticos, como diálogo, respeito e cooperação, assim como as habilidades de comunicação e expressão. A educação comprometida com o mundo atual deve trabalhar para que crianças e jovens encontrem nele seu lugar, por meio de reflexões e indagações sobre o que significa relacionar-se em comunidade.

Conceber a autonomia individual com responsabilidade social implica transformar o individualismo em autonomia, por meio de cidadãos conscientes da própria historicidade social e capazes de articular passado, presente e futuro em um projeto para o coletivo. Nesse sentido, precisamos refletir sobre a participação em sociedade, tendo em vista a interdependência entre indivíduo, meio ambiente e comunidade numa retomada do espaço público na busca pelo diálogo e pela cooperação.

Criar uma narrativa articulada entre autonomia e participação dos indivíduos na construção do espaço público e do bem-estar coletivo é o grande desafio para pensar o papel da educação nessa nova cidadania contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 2007.
Meyer-Bisch, Patrice. *Os direitos culturais finalmente chegam na linha de frente*. São Paulo: Revista Observatório Cultural Itaú/OIC, n. 8, 2009.





Michelle Obama

Primeira-dama dos Estados Unidos da América

A PRIMEIRA - DAMA MICHELLE OBAMA TEM PAPEL FUNDAMENTAL NAS AÇÕES SOCIAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A primeira-dama Michelle Obama é advogada, foi administradora da cidade de Chicago, trabalhou com ações de sensibilização na comunidade voltadas à educação, assim como é esposa de Barack Obama, o 44º presidente dos Estados Unidos da América.

Michelle Obama nasceu em 17 de janeiro de 1964, em Chicago, Illinois. Estudou na Universidade de Princeton, graduando-se com louvor, em 1985, e ganhou licenciatura em Direito pela Harvard Law School, em 1988. Após a faculdade de Direito, trabalhou em um escritório de advocacia de Chicago, onde conheceu seu marido, o presidente Barack Obama. O casal casou-se em 3 de outubro de 1992. Como primeira-dama, ela tem focado a atenção em questões sociais atuais.

Michelle foi criada no lado sul de Chicago, em um apartamento de um quarto. Seu pai, Fraser Robinson, era operador de bomba da cidade e chefe da seção democrata. Sua mãe, Marian, foi secretária do Catálogo Spiegel, e mais tarde, ficou em casa para criar Michelle e seu irmão mais velho, Craig. A família tem sido descrita como muito unida e que compartilhou as refeições, leitura e jogos juntos sempre no seio familiar.

Michelle, uma estudante talentosa, aprendeu francês e fez cursos acelerados. Frequentou o ensino médio para crianças superdotadas, no qual, entre outras atividades, atuou como tesoureira do governo estudantil. “Sendo modesta, estávamos sempre atuando com inteligência. Fomos sempre orientada e incentivados a fazer o melhor que se pode fazer, e não apenas o que é necessário.”

Michelle formou-se, em 1981, no Whitney M. Young Magnet High School, em West Loop, de Chicago, como classe *salutatorian*. Após o colegial, ela seguiu seu irmão para a Universidade de Princeton, graduando-se com louvor em 1985, com um B.A. em Sociologia. Elaganhou, em 1988 um J.D. pela Harvard Law School, onde ela participou de manifestações exigindo mais estudantes e professores vindos das minorias.

Após a faculdade de Direito, Michelle trabalhou como associada da sucursal de Chicago do escritório de advocacia Sidley Austin, na área de *marketing* e propriedade intelectual. Em 1989, ela conheceu seu futuro marido, Barack Obama, um estagiário, a quem foi designada como conselheira. “Eu fui para Harvard, e ele também foi para Harvard, com o pensamento firme ‘Oh, vamos nos conectar’”, disse Michelle. “Então, você sabe, houve um pouco de intriga, mas devo dizer que, depois de cerca de um mês, Barack me convidou para sair, e eu pensei: ‘De jeito nenhum. Isso é totalmente brega.’” Inicialmente, ela se recusou a sair com Barack, acreditando que sua relação de trabalho faria o romance impróprio. Eventualmente, ela cedeu, e o casal logo se apaixonou. Seu primeiro beijo ocorreu fora de um shopping center de Chicago, onde uma placa com uma foto do casal se beijando foi instalada mais de duas décadas depois, precisamente em agosto de 2012.



Michelle e Barack Obama

Depois de dois anos de namoro, Barack propôs casar-se com Michelle. “Nós estávamos em um restaurante jantando para comemorar o fato”, lembra Michelle. “Em seguida, o garçom veio com a sobremesa em uma bandeja. E lá estava o anel. E eu fiquei completamente chocada.” O casal casou-se no Trinity United Church of Christ, em 3 de outubro de 1992.

Michelle logo deixou seu emprego para iniciar uma carreira no serviço público, atuando como assistente do prefeito Daley e depois como comissária assistente de Planejamento e Desenvolvimento para a cidade de Chicago.

Em 1993, ela se tornou diretora-executiva do escritório de Chicago Public Allies, um programa de treinamento de liderança sem fins lucrativos que ajudou jovens e adultos a desenvolver habilidades para futuras carreiras no setor público.

Michelle entrou para a Universidade de Chicago em 1996, como diretora associada de serviços para os estudantes, desenvolvendo o primeiro programa comunitário de serviço da universidade. Ela, então, trabalhou para os hospitais da Universidade de Chicago, iniciando em 2002, como diretora-executiva de Relações Comunitárias e Assuntos Externos.

Em maio de 2005, foi nomeada vice-presidente para a Comunidade de Política Externa na Universidade de Chicago Medical Center, onde continuou a trabalhar em tempo parcial até pouco antes da posse de seu marido como presidente dos EUA. Ela atua como membro da diretoria do Conselho de Chicago para Assuntos Globais.

Michelle Obama primeiramente chamou a atenção do público nacional, ao lado de seu marido, quando ele fez um discurso de alto perfil na Convenção Nacional Democrata em 2004. Barack Obama foi eleito para o Senado norte-americano por Illinois em novembro daquele ano.

Em 2007, Michelle deixou para trás o próprio trabalho profissional para atender a obrigações familiares e de campanha durante a corrida de Obama para a nomeação presidencial democrata.

Michelle diz que fez um compromisso de ser afastada durante a noite apenas uma vez por semana, para fazer campanha apenas dois dias por semana e estar em casa até o fim do segundo dia para estar com suas duas filhas, Malia (nascida em 1998) e Natasha, conhecida como Sasha (nascida em 2001). A família Obama não tem babá, e as crianças foram deixadas com a avó Marian, enquanto durou a campanha presidencial pelo país. “Eu nunca tinha participado dessa forma e nesse nível nas campanhas anteriores de Barack”, diz Michelle. “Eu costumo escolher aparecer apenas quando é necessário.”

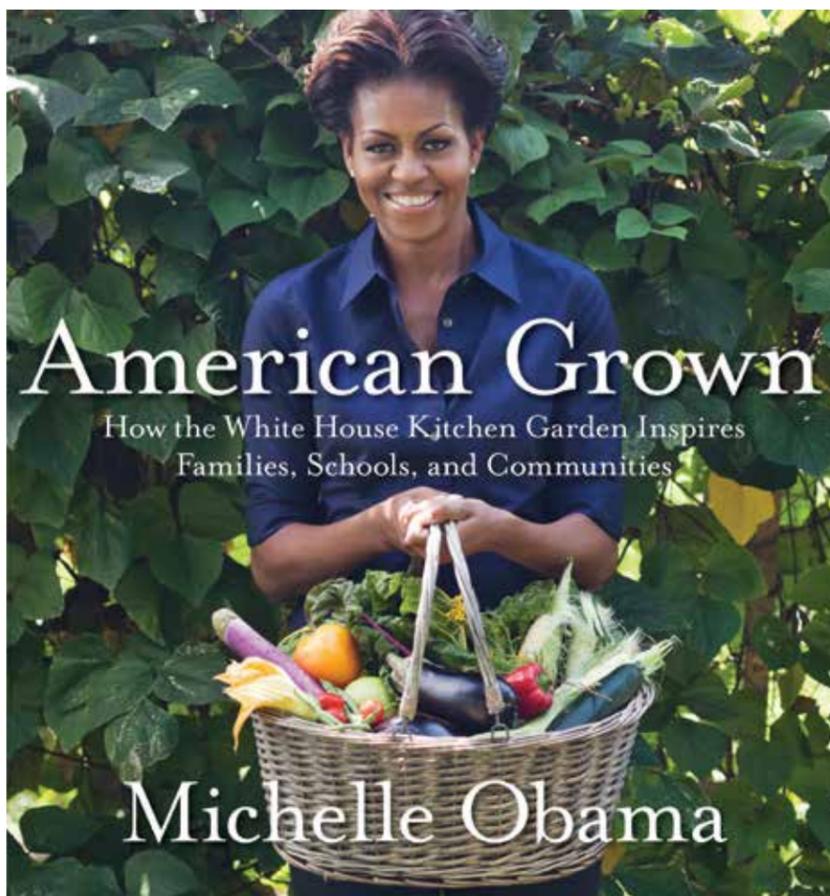
Depois do papel político de seu marido a família Obama foi empurrada para o centro das atenções. Michelle foi reconhecida publicamente por seu estilo de campanha de aço, bem como seu bom gosto para elegância e por estar sempre inovando com estilo a moda. Em maio de 2006, Michelle foi destaque na revista *Essence*, como uma das 25 “World’s Most Inspiring Women”. Logo em seguida, em setembro de 2007, Michelle foi incluída na revista *The Harvard 100*, anualmente uma lista de ex-alunos mais influentes da escola. Ela também participou de lista da *Vanity Fair*, como uma das mulheres mais bem vestidas do mundo. Em 2008, participou da lista de mulheres mais bem vestidas da revista *People*.

Quando o marido buscou a reeleição em 2012, diante de uma corrida desafiadora contra o candidato presidencial republicano Mitt Romney, Michelle Obama fez campanha diligentemente em seu nome. Ela viajou pelo país, dando palestras e fazendo aparições públicas. Em junho de 2012, falou a uma multidão na Filadélfia, dizendo-lhes: “Tudo se

resume a uma simples pergunta: Será que vamos continuar a mudança que já começou e o progresso que fizemos, ou vamos deixar tudo o que conquistamos para trás?”. Ela exortou os presentes a dar “uma pequena parte de sua vida a cada semana” para aquela campanha.

Em agosto de 2012, Michelle fez um discurso notável na Convenção Nacional dos Democratas. “Todos os dias, as pessoas que eu encontro me inspiram. Todos os dias, eles me fazem orgulhosa. Todos os dias, eles me lembram de como somos abençoados por viver na maior nação da Terra”, disse ela. “Servir como sua primeira-dama é uma honra e um privilégio.” Ela passou a elogiar a comunidade latina para apoiar o presidente Obama e afirmou que o futuro de seu marido “o mesmo homem por quem ela se apaixonou todos esses anos – entende o sonho americano, bem como as lutas cotidianas das famílias americanas, e preocupa-se profundamente, fazendo a diferença na vida das pessoas. Michelle ganhou elogios do público e da crítica por sua narrativa, chamada de “momento brilhante” pelo jornal *The Washington Post*.

Em 6 de novembro de 2012, Barack Obama foi reeleito para o segundo mandato como presidente dos EUA. Depois de Mitt Romney reconhecer a derrota, Michelle Obama acompanhou



seu marido com suas duas filhas, Malia e Sasha, ao palco do McCormick Place, em Chicago, onde o presidente Barack Obama fez o discurso da vitória. Para comemorá-la, Barack Obama postou, para “mais quatro anos”, uma foto dele abraçando sua esposa, tirada em um evento de campanha em agosto, em Iowa. Na noite da eleição, a mensagem presidencial com a foto do casal tornou-se a foto mais popular de todos os tempos.

Michelle Obama estava ao lado apoiando seu marido quando ele começou o segundo mandato. Ela, conjuntamente com as duas filhas, Malia e Sasha, permaneceu com Barack Obama enquanto ele fazia oficialmente o juramento presidencial, em 21 de janeiro de 2013, em frente ao edifício do Capitólio dos EUA.

Naquele dia, Michelle Obama comemorou com o marido, em diversos eventos, a vitória. O casal presidencial parecia estar no topo do mundo. Eles dançaram a música de Al Green interpretada por Jennifer Hudson “Vamos ficar juntos”. Michelle recebeu vários elogios pelo vestido vermelho que usava, inspirado pelo estilista Jason Wu.

A primeira-dama dos Estados Unidos, tem focado à atenção em questões como o apoio à famílias de militares e ajuda às mulheres que trabalham na busca do equilíbrio familiar. Durante o primeiro ano da administração

Obama, Michelle e Barack foram a abrigos distribuir sopa às pessoas carentes nos arredores de Washington, DC. Michelle também fez aparições em escolas públicas, salientando a importância da educação e do trabalho voluntário.

Sempre consciente da dieta de sua família e da saúde, Michelle Obama apoiou o movimento de alimentos orgânicos, instruindo as cozinhas da Casa Branca a preparar a comida orgânica para os hóspedes e sua família. Em março de 2009, Michelle trabalhou com 23 alunos da quinta série de uma escola local, em Washington, DC, para plantar um jardim de 1.100 metros quadrados de legumes frescos e instalar colmeias no gramado sul da Casa Branca. Periodicamente, durante todo o verão, os mesmos alunos retornaram para colher vários alimentos e aprenderam a cozinhar vegetais orgânicos frescos cultivados. Desde 2010, Michelle vem trabalhando incansavelmente para combater a obesidade infantil, ação prioritária que está listada no topo de sua agenda.

Michelle vem trabalhando na luta contra a crise na aprendizagem global. Educação universal para todas as crianças no mundo é uma das metas de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas. Os dados mais recentes mostram que 250 milhões das 650 milhões de crianças em idade compatível com o ensino primário em todo o mundo não sabem ler, escrever ou fazer cálculos matemáticos básicos, de acordo com a Unesco, organização ligada à ONU para educação, ciência e cultura.

Michelle Obama permanece comprometida com as causas sociais de bem-estar e saúde. Em 2012, anunciou um novo programa de *fitness* para crianças, chamado “Vamos mover”. Ela incentiva a equipe olímpica dos EUA e outras organizações esportivas a se unir para levar os jovens a experimentar um novo esporte ou atividade. Este ano, 1,7 milhão de jovens está participando de ações olímpicas e paraolímpicas, praticando esportes nas respectivas comunidades, e muitos deles, pela primeira vez.

Michelle Obama lançou um livro como parte de sua missão de promover a alimentação saudável: *American Grown: The Story of the White House Kitchen Garden and Gardens Across* (2012), no qual explora uma experiência própria ao criar uma horta, bem como o trabalho de hortas comunitárias em outros lugares. Ela vê o livro como uma oportunidade para ajudar os leitores a entender “de onde a comida está vindo” e falar sobre o trabalho que está fazendo para combater a obesidade infantil, visando garantir a saúde infantil.

Michelle e Barack Obama têm afirmado que sua prioridade pessoal são suas duas filhas, Malia e Sasha. Os pais perceberam que o movimento de Chicago a Washington, DC, seria um grande ajuste para qualquer família. Viver na Casa Branca, tendo proteção do Serviço Secreto, e estar sempre na esteira da vida pública de seus pais transformou drasticamente a vida deles. O casal tenta fazer com que suas filhas tenham uma vida “normal”, com horários fixos para estudar, ir para a cama e levantar-se. “Minha primeira prioridade será sempre a certeza de que nossas meninas estão saudáveis”, disse Michelle. “Então, eu quero ajudar outras famílias a obter o apoio de que necessitam, não apenas para sobreviver, mas para prosperar.”

Tanto Malia e Sasha participam da Sidwell Friends School uma escola privada em Washington, DC. Elas parecem estar vivendo uma existência adolescente bastante normal, apesar das circunstâncias extraordinárias. Michelle e Barack têm certas regras que as meninas devem seguir, entre as quais como ter que comer seus legumes e obedecer a limites rígidos sobre quanto tempo e quando elas podem usar o computador ou assistir à televisão.



Michelle e Barack Obama



Michelle e Barack Obama com suas duas filhas, Malia, de 16 anos, e Sasha, de 13, na Casa Branca.



BILL & MELINDA
GATES *foundation*

Melinda Gates

Copresidente da Bill & Melinda Gates Foundation

A FUNDAÇÃO BILL & MELINDA GATES REALIZA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SALVAR VIDAS AO REDOR DO MUNDO



Fundação Bill & Melinda Gates foi criada por Bill Gates, fundador e ex-presidente da Microsoft, e por sua mulher, Melinda Gates, sendo a maior fundação de caridade do mundo. Os fundos dessa organização sem fins lucrativos provêm de doações do setor privado. Os principais recursos vêm da parte de Bill e Melinda Gates e de Warren Buffet. A fundação foi criada em janeiro de 2000 e tem sede em Seattle, Washington, EUA, gerindo cerca de US\$ 38 bilhões. É dirigida por William H. Gates, pai de Bill Gates, e por Patty Stonesifer. Tem como objetivo central a melhoria das condições de vida, nomeadamente na saúde, e a luta contra a pobreza. Nos EUA a instituição pretende promover a educação e o acesso à tecnologia.

Em 20 de julho de 2006, a fundação anunciou a doação de US\$ 287 milhões para 16 projetos de pesquisa, com o objetivo de aumentar a colaboração internacional e a troca de informações científicas para obter uma vacina contra a *Aids*. Foram beneficiados pela doação pesquisadores dos seguintes países: Áustria, Bélgica, Camarões, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Índia, Japão, Países Baixos, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Uganda, Reino Unido, Estados Unidos e Zâmbia.

Assistência social

Muitos acham que a assistência para o desenvolvimento é uma parcela grande dos orçamentos dos países ricos, o que significa ser possível economizar muito realizando cortes. Quando as pesquisas de opinião perguntam aos americanos que parcela do orçamento é destinada à assistência, a resposta média é 25%. Indagados sobre quanto o governo deveria gastar, a resposta tende a ser 10%. Suponho que o mesmo ocorra no Reino Unido na Alemanha e em outros países.

Eis os números verdadeiros. Na Noruega, o país mais generoso do mundo, é menos de 3%. Nos Estados Unidos, é menos de 1%. Um por cento do orçamento dos EUA é cerca de US\$ 30 bilhões por ano. Desse total, cerca de US\$ 11 bilhões vão para a saúde: vacinas, mosquiteiros, planejamento familiar, remédios para manter vivas as pessoas com HIV, e assim por diante. Os outros US\$ 19 bilhões cobrem atividades como construção de escolas, estradas e sistema de irrigação.

Não quero dar a impressão de que US\$ 11 bilhões não é muito dinheiro. Mas, em perspectiva, trata-se de cerca de US\$ 30 por cada cidadão americano. Imaginem se o formulário de declaração de imposto de renda perguntasse: "Podemos usar US\$ 30 do imposto que você já está pagando para proteger 120 crianças contra o sarampo?". Você marcaria sim ou não?

Vejamos o impacto geral do gasto. Em termos gerais, somei todo o dinheiro gasto por doadores em assistência à saúde desde 1980. Em seguida, dividi o número de mortes infantis que foram evitadas no mesmo período. Chega-se a menos de US\$ 5.000 por criança salva (e o dado não inclui melhorias na saúde além de salvar crianças). O valor de US\$ 5.000 pode parecer caro, mas devemos lembrar-nos de que agências do governo dos EUA tipicamente avaliam a vida de um americano em vários milhões de dólares.

Lembrem-se também de que crianças saudáveis fazem mais do que apenas sobreviver. Elas vão à escola e acabam trabalhando. Com o tempo, tornam seus países mais autossuficientes. É por isso que digo que a assistência é tão vantajosa.

O governo dos EUA gasta mais do que o dobro em subsídios agrícolas do que em assistência à saúde. Gasta mais de 60 vezes mais na área militar. Da próxima vez que alguém lhe



Melinda e Bill Gates

disser que podemos reduzir o orçamento cortando a assistência, espero que lhe perguntem se isso custará a morte de mais pessoas.

Corrupção

Uma das narrativas mais comuns sobre assistência refere-se à parte que é desperdiçada por corrupção. É verdade que, quando a assistência para a saúde é roubada ou desperdiçada, paga-se o preço em vidas. Precisamos erradicar a fraude e obter mais de cada dólar.

No entanto, também devemos ter em mente a dimensão relativa do problema. Corrupção em pequena escala, como o fun-

cionário público que cobra gastos de viagem fictícios, é uma ineficiência que equivale a um imposto sobre a assistência. Embora devamos tentar reduzir isso, não há como eliminar, como não podemos eliminar o desperdício em todos os programas de governo e mesmo em empresas particulares. Suponhamos que a corrupção em pequena escala corresponda a um imposto de 2% sobre o custo de salvar uma vida. Devemos tentar reduzir isso, mas, se não pudermos, deixaríamos de tentar salvar vidas?

Vocês podem ter ouvido falar de um escândalo no Camboja ano passado envolvendo um programa de mosquiteiros sob gestão do Fundo Global de Combate à *Aids*, Tuberculose e Malária.



Edifício-sede da Bill & Melinda Gates Foundation, na cidade norte-americana de Seattle, WA.

Funcionários cambojanos foram apanhados recebendo propinas de centenas de milhares de dólares de fornecedores. Houve manchetes do tipo “Como desperdiçar dinheiro de assistência externa”. Fui citada em um artigo como uma das pessoas cujo dinheiro estava sendo desperdiçado.

Agradeço a preocupação, e é bom ver que a imprensa pede contas de instituições. Mas a imprensa não foi quem descobriu esse esquema. Foi o Fundo Global ao fazer uma auditoria interna. Ao descobrir e corrigir o problema, o Fundo Global fez exatamente o que devia fazer. Seria estranho exigir que eles eliminassem a corrupção e depois atacá-los por terem descoberto a pequena percentagem de abuso. Há nisso dois pesos e duas medidas. Ouvimos gente exigindo que o governo feche um programa de assistência se for descoberto um dólar de corrupção. Por outro lado, quatro dos últimos sete governadores do estado americano de Illinois foram presos por corrupção, e, que eu saiba, ninguém exigiu o fechamento das escolas ou estradas de Illinois.

Bill e eu não apoiáramos o Fundo Global ou qualquer outro programa se o dinheiro fosse mal empregado em grande escala. As mortes por malária declinaram 80% no Camboja desde que o Fundo Global iniciou suas atividades no país, em 2003. As histórias horríveis – segundo as quais a assistência serve apenas para ajudar o ditador a construir um novo palácio – vêm da época em que muita assistência visava apenas ganhar aliados na Guerra Fria, em vez de melhorar vidas humanas. Desde aquela época, todos os interessados aprimoraram muito a medição dos resultados. Principalmente em saúde e agricultura, podemos validar os resultados e saber o que obtemos por cada dólar que gastamos.

Mais e mais a tecnologia ajudará na luta contra a corrupção. A internet está ajudando os cidadãos a saber o que seu governo deveria estar oferecendo – como o volume de recursos que sua clínica deve receber –, e assim podem cobrar dos funcionários. À medida que aumenta o conhecimento do público, reduz-se a corrupção, e mais dinheiro segue para o lugar certo.

Dependência de assistência

Outro argumento dos críticos é o de que a assistência restringe o desenvolvimento econômico normal, mantendo os países sob dependência da generosidade de pessoas de fora. Esse argumento contém vários erros. Primeiramente, junta tipos diferentes de assistência. Não diferencia a assistência enviada diretamente a governos e recursos utilizados para pesquisas sobre novas ferramentas, como vacinas e sementes. O que os EUA gastaram na década de 1960 para desenvolver safras mais produtivas tornaram os países asiáticos e latino-americanos menos (e não mais) dependentes de nós. O que gastamos hoje em uma revolução verde para a África ajuda os países a produzir mais alimentos, reduzindo também sua dependência. A assistência é essencial para esses “bens públicos globais”, que são essenciais para a saúde e o crescimento econômico. Por isso, nossa fundação aplica mais de um terço de nossos financiamentos no desenvolvimento de novas ferramentas.

Em segundo lugar, o argumento de que “assistência cria dependência” ignora todos os países que deixaram de receber assistência e concentra-se apenas nos casos mais difíceis. Eis uma breve lista de antigos grandes beneficiários que cresceram tanto que hoje praticamente não recebem qualquer assistência: Botsuana, Marrocos, Brasil, México, Chile, Costa Rica, Peru, Tailândia, Maurício, Cingapura e Malásia. A Coreia do Sul recebeu enormes volumes de assistência após a Guerra da Coreia e agora doa mais do que recebe. A China também é um doador líquido e financia muitas atividades científicas para ajudar os países em desenvolvimento. A Índia recebe 0,09% de seu PIB em assistência; em 1991, recebia 1%.

Mesmo na África ao sul do Saara, a parcela da economia que provém da assistência é um terço menor do que há vinte anos, embora o total da assistência à região tenha dobrado. Alguns países, como a Etiópia, dependem de assistência, e todos – principalmente os próprios etíopes – querem que a situação mude. Desconheço qualquer argumento convincente de que a Etiópia estaria melhor hoje em dia com muito menor assistência.

Quem critica tem razão em dizer que não há prova definitiva de que a assistência é um motor do desenvolvimento econômico. Mas o mesmo pode ser dito sobre qualquer outro fator da economia. É muito difícil saber exatamente que investimentos estimularão o crescimento econômico, sobretudo a curto prazo. No entanto, sabemos que a assistência melhora a saúde, agricultura e infraestrutura – o que tem forte correlação com o crescimento a longo prazo. Assistência em saúde salva vidas e permite o desenvolvimento mental e físico das crianças. Pesquisas mostram que elas serão adultos mais saudáveis e mais produtivos no trabalho. Ao se colocar contra esse tipo de assistência, é preciso argumentar que salvar vidas não afeta o crescimento econômico ou que não interessa salvar vidas.

O poder da assistência para salvar vidas é tão óbvio que mesmo os críticos da assistência o reconhecem. No meio de seu livro *O Fardo do Homem Branco*, William Easterly (um dos mais conhecidos críticos da assistência) lista vários sucessos globais de saúde que foram financiados mediante assistência.

Último ponto que vale a pena citar: hoje há apenas três países que nunca estiveram livres da pólio: Afeganistão, Paquistão e Nigéria. No ano passado, a comunidade global da saúde adotou um plano abrangente para eliminar a pólio no mundo até 2018, e dezenas de doadores ofereceram-se para financiá-lo. Com a eliminação da pólio, o mundo economizará cerca de US\$ 2 bilhões por ano, que hoje são empregados no combate à doença.

Concluimos que a assistência à saúde é um investimento fenomenal. Ao examinar a redução do número de mortes infantis nos últimos trinta anos e quantas pessoas agora têm vida mais longa e saudável, sinto um grande otimismo quanto ao futuro. A fundação trabalhou com um grupo de destacados economistas e especialistas em saúde global examinando as possibilidades futuras. A revista médica *The Lancet* publicou que com, os investimentos apropriados e mudanças em políticas, até 2035 cada país terá taxas de mortalidade infantil tão baixas quanto as dos Estados Unidos ou do Reino Unido em 1980.



O presidente dos EUA Barack Obama fala à alunos e professores ao lado de Melinda Gates, copresidente da Bill & Melinda Gates Foundation, na TechBoston Academy, em Dorchester.



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

O CLUBE DE BILDERBERG É UMA ORGANIZAÇÃO SECRETA QUE GOVERNA O MUNDO



Fundado em 1954, pelo príncipe Bernhard, da Holanda, pelo primeiro-ministro belga Paul Van Zeeland, pelo conselheiro político Joseph Retinger e pelo presidente da multinacional Unilever na época, o holandês Paul Rijkens, o Clube de Bilderberg é uma organização não oficial que nasceu supostamente para promover a “cooperação transatlântica” e debater “assuntos relevantes em nível mundial” - o que, em plena Guerra Fria, equivalia a discutir a ameaça comunista. O nome Bilderberg vem do hotel holandês que abrigou a primeira reunião, em 1954. O sucesso desse evento convenceu seus organizadores a realizá-lo anualmente, em algum país europeu, nos Estados Unidos ou no Canadá.

Criado há sessenta anos, o clube de Bilderberg reúne anualmente, em caráter sigiloso, nomes influentes da política, da economia e da mídia do Ocidente para debater assuntos de interesse mundial.

Atualmente, os encontros do Clube reúnem cerca de 150 personalidades européias e norte-americanas influentes na política, na economia e na mídia. Eles ocorrem em hotéis sofisticados e preferencialmente isolados, que são fechados por ocasião do evento. Nesse período, um fortíssimo esquema de segurança, a cargo de agentes norte-americanos e de vários outros países europeus, além da polícia local, garante a privacidade dos participantes.

Na verdade, a conferência de Bilderberg, também chamada Clube de Bilderberg, trata-se de um encontro, geralmente anual e não oficial, no qual participam até 150 convidados, escolhidos entre as personalidades mais influentes no mundo empresarial, acadêmico, mediático ou político. A origem do nome deriva do fato de a primeira conferência ter decorrido no Hotel Bilderberg, situado nos Países Baixos, em 1954. Segundo o *site* oficial da organização, a conferência é um fórum de discussão informal acerca de grandes tendências e questões mundiais. Os encontros ocorrem sob a regra de Chatham House, isto é, os participantes são livres para usar as informações recebidas durante a conferência, mas não podem revelar a identidade de quem as deu. Após o encontro, nenhuma declaração é dada.

Muitos dos membros são personalidades públicas, mas a lista dos participantes quase nunca foi divulgada, até há relativamente pouco tempo, o que levou a que esses encontros acabassem por ser alvo de críticas e das mais variadas teorias da conspiração. Os organizadores explicam que o sigilo é necessário para garantir maior liberdade de expressão, sem o risco de que as opiniões sejam deturpadas pelos meios de comunicação social.

O Comitê Organizador das conferências tem sido bastante criterioso em suas seleções de convidados, como se pode constatar

pelos listas disponíveis. O polêmico ex-secretário de Defesa norte-americano Donald Rumsfeld era nome habitual nos encontros, assim como Peter Sutherland (ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, atual diretor-executivo da British Petroleum e da Goldman Sachs International e membro do Comitê Organizador do Bilderberg), Paul Wolfowitz (ex-subsecretário de Defesa do governo de George W. Bush e ex-presidente do Banco Mundial) e Henry Kissinger (ex-secretário de Estado norte-americano).

O príncipe Bernhard, da Holanda, foi um dos fundadores do Clube de Bilderberg. Alguns dos nomes que integraram o Clube de Bilderberg são: a rainha Beatrix, da Holanda; Henry Kissinger, ex-secretário de Estado norte-americano; Donald Rumsfeld, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos; e Javier Solana, ex-secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Bill Clinton, Tony Blair e os bilionários David Rockefeller e Bill Gates também já integraram essa exclusiva relação de nomes convidados para a conferência.

Ao reunir tanta riqueza e poder e zelar pela privacidade absoluta em seus eventos (nenhum participante pode falar sobre o que viu e ouviu nos encontros), o Clube de Bilderberg tornou-se prato cheio para as teorias conspiratórias. Segundo elas, a organização manipula políticas nacionais e eleições, provoca guerras e recessões

e chega a ordenar assassinatos e renúncias de líderes mundiais – como teria acontecido, respectivamente, com o presidente norte-americano John Kennedy e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, segundo relata o escritor Daniel Estulin, no livro de sua autoria “A verdadeira história do Clube de Bilderberg”.

Para muitos sérvios, o Bilderberg foi o responsável pela queda de Slobodan Milosevic. Fala-se ainda que dois famosos terroristas –Timothy McVeigh (responsável pelo atentado de Oklahoma City),e David Copeland (um dos responsáveis pelo atentado ao metrô de Londres) – também pensam que os governos nacionais dançam conforme a música tocada pelo Clube.

O curioso é que o Bilderberg incomoda tanto conservadores quanto liberais. Para os primeiros, a organização é um plano sionista liberal. Para os outros, com tanto cacife e sigilo envolvidos, coisa boa não deve sair dali. “Quando tanta gente com tanto poder se reúne em um só lugar, acho que nos devem uma explicação sobre o que está acontecendo”, disse o ex-jornalista britânico Tony Gosling ao jornalista Jonathan Duffy, do *BBC News Online Magazine* (“Bilderberg: The Ultimate Conspiracy Theory”, de 3 de junho de 2004).

Família Rothschild

Família Rothschild Conselho dos 13 = Os 13 “druidas” mais chegados do núcleo Rothschild Conselho dos 33 = 33 franco-mações do grau mais elevado Comitê dos 300 = 300 pessoas ligadas à coroa britânica dominam o sistema bancário mundial e estão todas ligadas ao grupo Rothschild Bilderberg = Fundado em 1954, o núcleo principal presta lealdade a Rockefeller e Rothschild Comissão Trilateral = Fundada em 1972 por Rockefeller e Brzezinski Council on Foreign Relations (CFR) = Fundado pelo Round Table em 1921, controlado por Rockefeller, controla a banca mundial, o círculo mais íntimo pertence aos Skull & Bones Skull & Bones = Fundado em 1832 em Yale nos USA, o círculo mais íntimo pertence ao Jason Society Clube de Roma = Fundado por Rockefeller ONU = Decidida em reunião maçônica em 1917, inicialmente nomeada de Sociedade das Nações em 1919, posteriormente renomeada de ONU em 1945. Do Comitê dos 300 fizeram ou fazem parte nomes como Willy Brandt, George Bush, lord Carrington, Kissinger, Mitlerand, Oppenheimer, Olof Palmer, princesa Beatrix, príncipe Rainier, Elisabeth II, JP Morgan, Cecil Rhodes, e, claro, David Rockefeller e Edmond de Rothschild.

Os Illuminati foram formados em 1776 na Bavária, no mesmo ano em que a Bavária se tornou um estado independente dentro da Alemanha. São uma reorganização de um grupo das religiões mistério. A religião mistério era um encontro anual que existia desde há séculos entre os líderes das mais diversas religiões no mundo, que se combatiam publicamente, mas que se reuniam por motivos obscuros, um deles manter árvores geneológicas atualizadas das Blood Lines. Desse grupo nasceram os Illuminati, com poder sobre todas as religiões, que neles se uniam e que por eles se combatiam. IlluminatiPyramid: as 13 Famílias Illuminati, sociedades secretas de Eugenia.

Os Illuminati tinham duas formas de poder, a monetária e a religiosa, e era por meio de ambas que tinham controle sobre os governos monárquicos. Com a queda das monarquias e a criação de monarquias constitucionais, precisaram sair da Bavária e espalharem-se pelo mundo, para essa expansão, usaram a Maçonaria, criada na Escócia pelos Templários após adepois de a ordem ter sido quase aniquilada e que, nesta altura, tinham já lojas em todo o mundo e poder político.

Essa fusão depressa tornou a Maçonaria uma parte dos Illuminati que passaram a liderar.

O que os Illuminati fazem é garantir a liderança mundial das Blood Lines, mantendo registro de quem são e onde estão e garantindo que o sangue não se misture, e que essas famílias se mantenham no seio Illuminati. Garantida a fidelidade dessas famílias, garantem seu poder nas áreas de controle mundial: religião, finanças, política, militar e ciência.

Para esse controle, existem 3 cidades-Estado dentro de cidades. Ou seja, 3 pequenos pedaços de terra que são soberanos, não pagam impostos e são independentes. Essas três cidades-Estado são: o centro econômico, que é o Crown em Londres, onde está o Banco de Inglaterra, que controla todos os bancos mundiais e é um banco privado numa zona independente dentro de Londres chamada de “The City”, controlada pela família Rothschild. Esse é o centro econômico mundial, sendo o único local no mundo onde é possível fazer negócio com todas as bolsas e bancos mundiais independentemente do fuso horário.

O Vaticano, que é o centro religioso, fica dentro da cidade de Roma. É independente, controlado pelo clero, isento de impostos e tem banco próprio, que responde unicamente ao Crown.

Columbia, em Washington, nos EUA, é independente, não paga impostos e é onde está a reserva federal, que é um banco privado súbdito do Crown e que controla todo o dinheiro americano e é controlado pela família Rockefeller. Esse distrito se chama Columbia, pois os primeiros Illuminati a viajarem para os EUA eram a “facção Columbia”, que fundaram, além da reserva federal, a universidade Columbia; Columbia movies, com que se tornaram fundadores; do centro de produção de filmes mais famoso do mundo “Hollywood”, Columbia records; Columbia television (CBS), que tem como símbolo o “All seeing eye”, tal como a RTP teve o mesmo símbolo até recentemente, sendo o atual uma variante,. Formaram a Nasa e daí o *space shuttle* chamar-se Columbia.

Essas 3 cidades possuem elementos que as ligam, e suas bandeiras mencionam as 3 cidades. A de Columbia tem 3 estrelas; a do Vaticano tem 3 coroas; a do Crown tem 3 asas de dragão. Outra coisa em comum é que, no seu centro, essas 3 cidades possuem um obelisco sobre um círculo, que representa o pênis de um deus egípcio: Amon, ou Oman, também chamado de Amen (palavra usada em rezas católicas).O círculo representa a vagina de Gaia, e juntos são vistos como a fertilização do nosso planeta. Apesar de contraditório, a cidade do Vaticano tem dezenas de obeliscos. O principal está no centro da cidade.

As Blood Lines são o sangue dos descendentes dos imperadores babilônios, cujos descendentes foram faraós Egípcios, mais tarde líderes da Grécia antiga, que deram origem a imperadores romanos, dos quais nomes como Alexandre, o Grande, Napoleão e Hitler são descendentes. Hoje essas Blood Lines dividem-se em 300 famílias. O topo dos Illuminati é composto de 13 delas.

Os Illuminati organizam-se em pirâmide de 13 famílias reais. Originalmente essas 13 famílias dividiam o poder, mas hoje uma lidera as 13, por ser a família que controla o Crown e que detém uma fortuna pessoal no valor de metade do dinheiro do mundo e que, por deter controle sobre todos os bancos, detém poder sobre as 13 famílias.

Bilderbergs e a Nova Ordem Mundial

O conquistar e imperializar são algo tão antigo como a civilização. Exemplos como a Babilônia, Egito e Grécia. Todos eles criaram impérios, na tentativa de dominar ao mundo. O império romano, em seu esplendor, dominou todo o mundo até então conhecido. Complexos sistemas de governo foram criados para controlar várias populações. Durante o período que abrangeu entre os séculos XV e o XIX, emergiram novos impérios e novamente lutaram pela supremacia.

Influência

Tanto a nobreza como a emergente classe mercantil foram financiados por um punhado de bancos privados. Os grandes banqueiros realizariam suas apostas financiando ambos os lados da guerra. Sofisticadas redes de inteligência davam aos financiadores uma clara vantagem sobre as nações em que eles estavam se apoderando lentamente.

Em 18 de junho de 1815, agentes do braço britânico da família Rothschild observaram como o imperador Napoleão Bonaparte lutou desesperadamente para salvar seu exército das garras de um ataque britânico. Um agente de Rothschild foi capaz de obter as notícias da derrota de Napoleão das mãos de Lord Wellington para entregar para Nathan Rothschild, vinte horas antes que as notícias chegassem a Londres. Nathan Rothschild, Cabeça do braço britânico da família Rothschild, espalhou o boato, diante da Bolsa de Londres, de que Napoleão tinha ganhado a guerra. A Bolsa teve uma queda livre de 98%, e, então, Rothschild teve a oportunidade de apoderar-se totalmente da economia britânica, por um valor estupidamente ridículo. Quando a verdadeira notícia da derrota de Napoleão chegou, a Bolsa disparou. A Grã-Bretanha tornou-se a líder incontestável da Europa, e Rothschild, o líder da Inglaterra.

O então dominante império voltou-se ainda mais agressivo. Suas tropas e burocracias propagaram-se através do globo. As ações das *Holdings* Britânicas, nunca foram transparentes.

O Cartel de Bancos, então fundados desde 1800, financiava ambos os lados de todas as guerras por quase todo o mundo é claro que com o interesse de ceder empréstimos às nações, em virtude das guerras que eles ajudaram a criar e estimular.

Ação para uma reação

Em 1900, a Alemanha era uma força em ascensão, além de líder da Revolução Industrial. A Primeira Guerra Mundial, por exemplo, não tinha nenhuma razão de ter existido, exceto que foi uma

oportunidade ideal para o cartel bancário obter uma pilha de dinheiro, financiando ambos os lados dessa guerra.

Em 28 de junho de 1914, o herdeiro do trono austro-húngaro, arquiduque Franz Ferdinand, foi assassinado enquanto viajava num veículo. A Mão Negra, uma sociedade secreta sérvia com conexões na França, bem como a Inteligência Britânica, levou o crédito. A Primeira Guerra Mundial começou. Companhias armamentistas financiadas pelos bancos controlados por Rothschild deixaram em bancarrota todas as facções da Alemanha, França, Inglaterra e Áustria. Pelo menos 20 milhões foram assassinados nessa guerra. Foi um conflito tão terrível, que as nações prometeram nunca mais lutar de novo. Nomearam-na “A guerra que acabará com todas as guerras”.

A pergunta é: “Por que eles desejam a guerra?”. Bem, antes de tudo, eles queriam dinheiro e poder; em segundo lugar, eles desejavam criar uma “Liga das Nações”. Tiveram isso em seus planos desde o início e, como consequência, uma vez que a guerra estava acabando, começaram a plantar a ideia de uma “Liga das Nações”, para que o mesmo não acontecesse de novo.

Após séculos de prática, tornaram os britânicos *Experts* em ocultar seu império, além de manipular nações e conselhos como fantoches. Em nome de “deter”, futuros conflitos, eles propuseram que os países deviam ingressar em uma “Liga das Nações”. A verdadeira intenção da “Liga” era servir como um “marco” de um “governo mundial”. Foi o presidente Woodrow Wilson que conduziu e estabeleceu a privatização do sistema da reserva federal dos EUA, em 1913, apoiando fortemente o estabelecimento de uma “Liga das Nações”. Woodrow Wilson foi um presidente ingênuo. Era, basicamente, um professor colegial que foi recrutado pelo sistema.

Resultados

A “Liga” foi convocada em Paris em 1919, mas muitas nações reconheceram-na como uma ameaça a sua soberania e recusaram-se a aderir. Frustrada pelo bloqueio do Congresso Americano à “Liga das Nações”, a Inteligência Britânica, com a ajuda da família Rockefeller, criou um Conselho de Relações Exteriores na Cidade de Nova York, em 1921.

O Conselho recrutou as personalidades mais brilhantes dos EUA, para apoiar o crescimento do império Anglo-Norte-Americano. A missão do Conselho de Relações Exteriores era abolir todas as nações, para favorecer um todo-poderoso governo mundial administrado por uma pequena elite. Em 1930, os líderes do governo mundial, dividiram-se em duas facções: os “Fabians Socialistas”, em Londres, e os “Fascistas”, na Itália e Alemanha.

Hitler mesmo tinha afirmado: “O nazismo utilizará sua própria revolução para estabelecer uma nova ordem mundial.” Partidários dos Fascistas na Inglaterra e nos EUA acreditavam que a milícia devia ser utilizada rapidamente para transformar o mundo na boa ordem mundial. Enquanto os mais sofisticados praticantes do socialismo declaravam que o “Incrementalismo” era o caminho seguro para o domínio mundial, o general Smedley Butler, que obteve a medalha de honra do Congresso, expôs ao público, em 1934, a tentativa dos “Barões”, no plano de enfraquecer as forças militares nos Estados Unidos. Com a ascensão e queda do 3º Reich, a Europa estava em ruínas. E, novamente, a elite assegurava que só um governo global poderia salvar à humanidade de uma destruição eminente. E, desta vez, a elite teria sucesso em estabelecer seu “órgão mundial”. Em abril de 1945, na base naval do presídio em San Francisco, as Nações Unidas foram fundadas, pelos vencedores da 2ª Guerra Mundial.

O complexo das Nações Unidas foi então construído na cidade de Nova York, em terrenos doados por John D. Rockefeller. Pouco depois de que a elite estabeleceu a ONU, como sua base nos EUA, o recém-formado Conselho Mundial rapidamente começou a trabalhar na seguinte etapa de seu plano: a formação de “Superestados Continentais”. O primeiro passo de seu plano trilateral foi a criação da União Europeia. A unificação da Europa já tinha tentado muitas vezes, com um resultando impopular. Quando Napoleão e Hitler fracassaram em cumprir suas metas utilizando a força, os globalistas teriam sucesso, utilizando o sigilo. Os britânicos lançaram a criação de um “Conselho Europeu”, em 5 de maio de 1949. O tratado de Londres afirma somente estabelecer vínculos comerciais entre as Nações Europeias, como o T.L.C. ou o G.A.T.T., nos EUA. Sua verdadeira intenção foi a criação de um “Superestado Europeu”. “Teremos um governo mundial, gostem ou não gostem, por conquista ou consentimento”, frase de James Warburg na comissão de Relações Exteriores do Senado, em 17 de fevereiro de 1950.

Como eles se reúnem

Em 1954, a elite do planeta reuniu-se secretamente no hotel Bilderberg, em Oosterbeek, Holanda. O Grupo Bilderberg mais tarde admitiria que sua missão foi a criação da União Europeia. Uma vez que a União Europeia fora estabelecida, sob pretexto de acordos comerciais suma União Norte- Americana e uma Asiática seriam estabelecidas.

Os 3 Superestados formarão o núcleo do governo global, sendo a ONU a organização que regulará o mundo e forçará a execução das ordens nas sub-regiões do 3º Mundo.

No entanto, este ano foi uma exceção, e tanto a lista do Clube de Bilderberg como a data da conferência foram divulgadas. A 62ª Conferência de Bilderberg foi realizada no período de 29 de maio a 1º de junho de 2014, no Hotel Marriott de Kopenhague, Dinamarca. O encontro contou com a participação de várias dezenas de personalidades, de 21 nacionalidades. Países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Itália, França, Espanha, Turquia, Portugal e muitos mais têm, pelo menos, uma figura pública a representar uma determinada organização ou empresa de seu país.

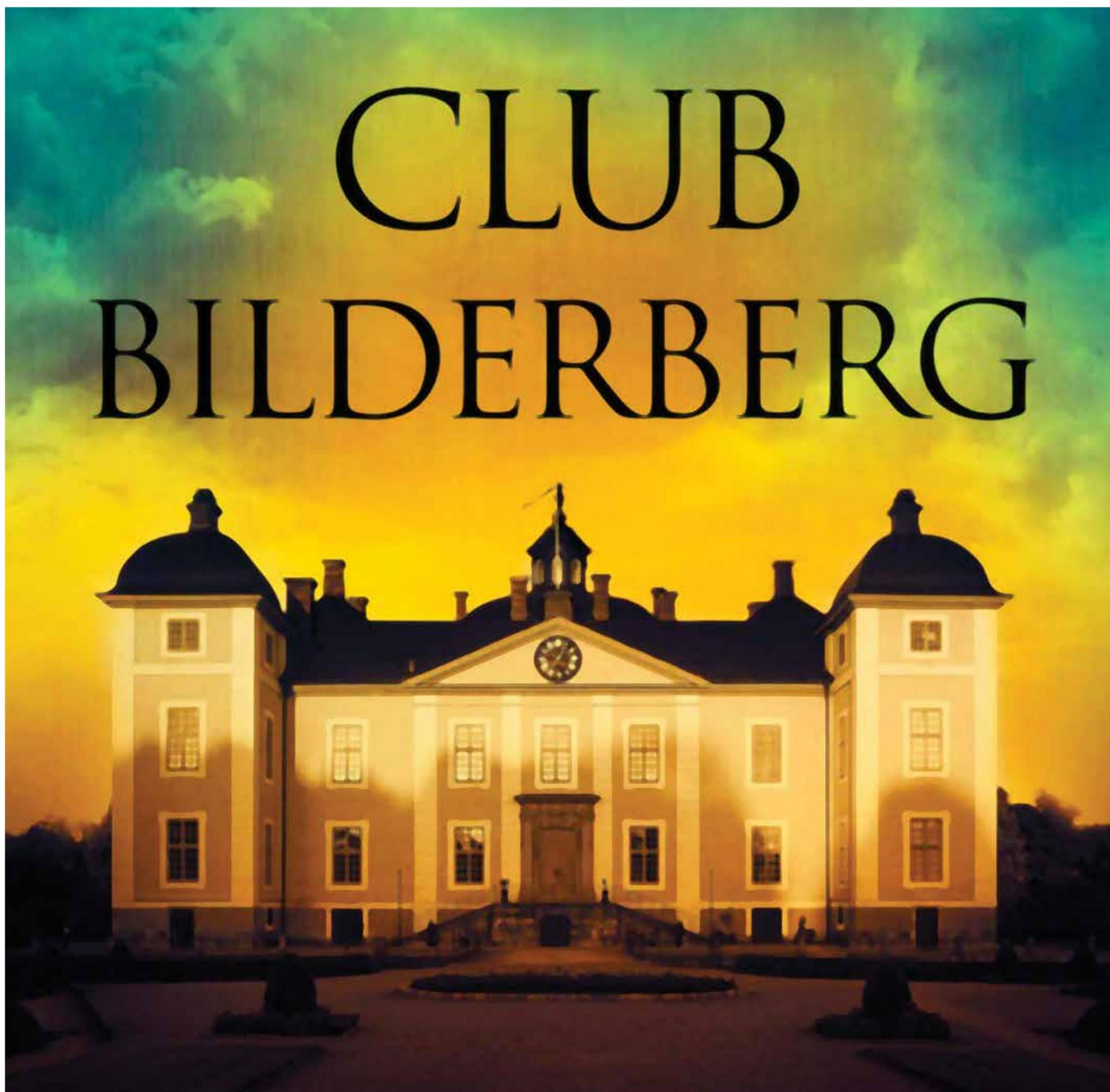
Nomes de pessoas influentes e poderosas fizeram parte da conferência Bilderberg deste ano, entre elas Rainha da Espanha; Risto K. Siilasmaa, CEO da Nokia Corporation; Jonh Sawers, chefe dos Serviços Secretos Britânicos; Anders Fogh Rasmussen, secretário-geral da NATO; o presidente da Fiat, Jonh Elkann; o editor-chefe do jornal inglês *The Economist*, Jonh Micklethwait; Carl Bildt, ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia; e tantas outras.

Lista dos participantes da 62ª conferência do Clube de Bilderberg em 2014:

Chairman: Henri de Castries, Chairman and CEO, AXA Group
 DEU Ackermann, Josef Former CEO, Deutsche Bank AG
 GBR Agius, Marcus Non-Executive *Chairman*, PA Consulting Group
 USA Altman, Roger C. Executive *Chairman*, Evercore
 FIN Apunen, Matti Director, Finnish Business and Policy Forum EVA
 PRT Balsemão, Francisco Pinto *Chairman*, Impresa SGPS
 FRA Baverez, Nicolas Partner, Gibson, Dunn & Crutcher LLP
 ITA Bernabè, Franco *Chairman*, FB Group SRL
 NOR Brandtzæg, Svein Richard President and CEO, Norsk Hydro ASA
 ESP Cebrián, Juan Luis Executive *Chairman*, Grupo PRISA
 CAN Clark, W. Edmund Group President and CEO, TD Bank Group
 BEL Davignon, Etienne Minister of State
 DEU Enders, Thomas CEO, Airbus Group
 DNK Federspiel, Ulrik Executive Vice President, Haldor Topsøe A/S
 NLD Halberstadt, Victor Professor of Public Economics, Leiden University
 USA Jacobs, Kenneth M. *Chairman* and CEO, Lazard
 USA Johnson, James A. *Chairman*, Johnson Capital Partners
 GBR Kerr, John Deputy *Chairman*, Scottish Power
 USA Kleinfeld, Klaus *Chairman* and CEO, Alcoa
 TUR Koç, Mustafa V. *Chairman*, Koç Holding A.S.
 USA Kravis, Marie-Josée Senior Fellow and Vice *Chairmain*, Hudson Institute
 CHE Kudelski, André *Chairman* and CEO, Kudelski Group

USA Mathews, Jessica T. President, Carnegie Endowment for International Peace
 ITA Monti, Mario Senator-for-life; President, Bocconi University
 USA Mundie, Craig J. Senior Advisor to the CEO, Microsoft Corporation
 USA Perle, Richard N. Resident Fellow, American Enterprise Institute
 CAN Reisman, Heather M. Chair and CEO, Indigo Books & Music Inc.
 AUT Scholten, Rudolf CEO, Oesterreichische Kontrollbank AG
 IRL Sutherland, Peter D. *Chairman*, Goldman Sachs International
 USA Thiel, Peter A. President, Thiel Capital
 INT Trichet, Jean-Claude Honorary Governor, Banque de France; Former President, European Central Bank
 GRC Tsoukalis, Loukas President, ELIAMEP
 SWE Wallenberg, Jacob Chairman, Investor AB
 USA Zoellick, Robert B. *Chairman*, Board of International Advisors, The Goldman Sachs Group Member Advisory Group
 USA David Rockefeller

O Grupo Bilderberg é composto de “chefes” de todos os grupos de mesa-redonda que dirigem os países. Cada ano eles se reúnem por dois dias em um país estrategicamente escolhido por eles e convocam as 300 pessoas mais poderosas da Terra. Suas reuniões são fechadas e são totalmente restritas a qualquer tipo de imprensa ou contato exterior ao público.





**AMOR PELA
VIDA**

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".



Desembargador José Renato Nalini

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA DEFESA PLENA DA DEMOCRACIA

A democracia é um ideal inspirador para quem pretenda um convívio menos atribulado nesta transitória experiência humana a que todos estamos submetidos. Seu tipo “puro” é questionado, pois mesmo os gregos, no século de Péricles, asseguravam a participação de um limitado número de atenienses na gestão da coisa pública. Quanto à sua preservação em pequenos cantões suíços, parece mais atender a um simbolismo, pois se resume a um encontro da cidadania num domingo de primavera, com estrita pauta de temas a ser referendada.

Inviável como regime em que todos têm as mesmas oportunidades de simultaneamente administrar os interesses comuns, ela passou a adquirir feições qualificadas. Assim é que se fala em democracia possível, democracia representativa e democracia participativa, entre tantas outras denominações.

O Brasil é um Estado de Direito de índole democrática. Isso significa a subordinação de todos à lei. Na formulação inteligente da separação das funções estatais, iniciada por pensadores na antiguidade clássica e melhor formatada por Montesquieu, o Legislativo seria o mais relevante entre os Poderes. É aquele que estipula as “regras do jogo”. Aos dois outros, restaria uma função ancilar. O Executivo administra, ou seja, cumpre a lei quando não há controvérsias. O Judiciário julga, quer dizer, faz incidir a lei às contendas, aos desentendimentos e às desinteligências entre as pessoas.

A contemporaneidade trouxe surpresas e anomalias ao exato funcionamento da democracia. Assenhoreou-se o governo de uma parcela enorme de atribuições, de certa maneira apropriando-se de parcela da função parlamentar. A produção da lei, produto típico do Legislativo, sofre concorrência da proliferação de esferas produtivas da normatividade gerada nas agências regulatórias, entidades estatais como CADE, Banco Central, Receita Federal e demais organismos criados para atender a todas as aspirações, numa era em que o Estado é provedor da integralidade dos anseios cidadãos.

O Parlamento, que já foi chamado “caixa de ressonância das aspirações populares”, tem dificuldade na obtenção de consenso para detectar qual seria “a relação necessária extraída da natureza das coisas”, conceito clássico de lei. Setores muito bem representados defendem interesses tópicos, nem sempre coincidentes com a “vontade geral”. Por isso é que a lei pós-moderna é a resposta possível para desejos polimorfos, numa era em que a abundância de direitos não atinge consensos mínimos.

O produto do Parlamento é cada vez mais fluido, ambíguo e incompleto. Resta ao Poder Judiciário suprir a inconsistência, mediante um rico exercício hermenêutico. Pode-se afirmar, sem receio de laborar

em heresia, que o Brasil é a República da Hermenêutica. Uma Constituição do tipo dirigente, de base principiológica e plena de conceitos vagos e indeterminados é a messe propícia a toda espécie de interpretação.

O neoconstitucionalismo oferece ao intérprete uma gama variada de instrumentos para viabilizar a concretização da vontade constituinte. Dentre eles, salientem-se a ponderação, a otimização, a utilização dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e tantas outras ferramentas que viabilizam a subsistência de um regime essencialmente democrático.

Se o Executivo teve de “legislar”, porque as urgências impedem que se aguarde o tempo do Parlamento, no qual a proliferação de partidos nem sempre garante a rápida obtenção de acordos, ao contrário, verifique-se a duração de trâmites de assuntos urgentes, o Judiciário foi chamado a “administrar”. É o que ocorre quando juízes apreciam medidas cautelares urgentes, concedem ou negam liminares e são acusados de invadir a esfera reservada à discricionariedade administrativa.

Certos círculos mais conservadores acusam o Poder Judiciário brasileiro de excessivamente ativista. Todavia, esquecem-se de que a Justiça é inerte. Só age quando provocada. Aí, ela não pode recusar jurisdição. Enfrenta todos os desafios, inclusive aqueles que deveriam ser discutidos e serenados no Parlamento. Os temas que atormentam a sociedade contemporânea têm merecido respostas judiciais e não legislativas. Isso é o que o constituinte de 1988 reservou para a jurisdição, quando houver omissão dos poderes encarregados de atuar. O Judiciário é chamado a suprir esse vazio normativo e não se tem recusado a fazê-lo.

Ou as questões da bioética, o abortamento do anencéfalo, a eutanásia, o casamento homoafetivo, a greve do funcionalismo público, a subsistência ou não da Lei de Imprensa, as demarcações indígenas, o alcance das normas ambientais são temas vedados à discussão no Legislativo? Foi apenas à falta de deliberação no Poder originalmente encarregado de fazê-lo que o Judiciário trouxe sua contribuição e ofereceu resposta. Nada impede que o Parlamento, no uso de suas atribuições, defina de outra maneira tais assuntos.

Enquanto isso não ocorre, cumpre ao Judiciário exercer esse papel que o levou a um protagonismo intenso. O Brasil é o país mais judicializado em todo o planeta. Não há questão excluída do Judiciário. Por isso, chegamos a esse estupendo número de quase cem milhões de processos! Algo que se torna insustentável e que faz a população desacreditar na Justiça, num paradoxo evidente: se apenas 32% dos brasileiros acreditam no Judiciário, por que praticamente todos os brasileiros litigam?

Aturdido pelo excesso de trabalho, o Judiciário começa a pensar em alternativas. Prossegue uma senda já aberta há décadas, mas até o momento um pouco negligenciada: a utilização de estratégias de composição de conflitos *a latere* da Justiça. Fala-se hoje em conciliação, mediação e arbitragem, mas o direito anglo-saxão possui várias dezenas de modalidades de resolução de controvérsias que prescindem da atuação do Estado-juiz.

Disseminar esse ideal de justiça mais efetiva, eficaz e eficiente é meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E tem de ser assim. Dentro em breve, o sistema-Justiça entrará em colapso. Não haverá condições de sustentar a máquina com tendência a inflar e a crescer até o infinito, com cinco ramos de Justiça, duas “comuns” e três especiais, suas quatro instâncias, suas várias dezenas de possibilidades de rediscussão do mesmo tema, propiciadas por um sistema recursal caótico.

O tempo da Justiça convencional não é o tempo a que a sociedade se acostumou nas últimas décadas. Foi por verificar a lentidão da Justiça que o constituinte derivado inseriu o princípio da eficiência no *caput* do artigo 37 da Constituição da República, dez anos depois de promulgada a Carta Cidadã. Além do estímulo à composição extrajudicial, o Judiciário cuida de intensificar a utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TCIs) e de adotar gestões racionais e inteligentes, as quais já comprovadamente exitosas na iniciativa privada.

A magistratura brasileira está atenta a seus desafios. Reconhece que, desde 1988, o aparato constitucional foi suficiente ao enfrentamento de crises graves, sem sequelas no funcionamento do Judiciário. O juiz brasileiro é o mais independente da Terra. Não é referência a democracias ainda adolescentes, mas é verificar que na própria terra de Montesquieu, o Judiciário não é poder, mas autoridade garantida pelo presidente da República.

Sob o enfoque democrático, estamos muito bem. Precisamos apenas continuar nossa missão docente e mostrar à cidadania que é urgente assumir suas responsabilidades e levar a sério também os deveres, não apenas invocar o rol infinito dos direitos.

Sob a sinalização do Poder Judiciário, na afirmação daquilo que é direito compatível com a vontade fundante – pois o que é inconstitucional não ingressou no ordenamento – a sociedade poderá assumir o protagonismo que fará deste Brasil a mais perfeita expressão do regime democrático. Uma cidadania apta a discutir seus direitos e interesses estará também habilitada a implementar a promessa do constituinte: edificar uma pátria justa, fraterna e solidária. Os juízes têm consciência disso. Agora é contaminar a população, a começar pela comunidade jurídica, a mais vocacionada a concretizar o sonho da democracia participativa na República Federativa do Brasil.





Dr. Helcio Honda

Vice-Presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP



INSEGURANÇA JURÍDICA NO ATUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO

Apesar de inspirado nos mais elevados princípios e estruturado para valorizar as unidades subnacionais (Estados e Municípios), reforçando a forma federativa do Estado, o sistema tributário brasileiro, na prática, é fonte de profundas disfunções, sendo uma das principais a insegurança jurídica que provoca em sua aplicação prática.

Em primeiro lugar, a complexidade decorrente da prolífica quantidade e variedade de normas tributárias, entre leis, instruções normativas, portarias, circulares, resoluções, atos declaratórios etc, agravada pela disparidade de interpretação de todo esse arcabouço normativo, compromete a segurança jurídica e, por decorrência, a previsibilidade do cenário legislativo fiscal.

Apesar de toda a complexidade sistêmica, a insegurança decorre em boa medida da má aplicação ou aplicação deficiente dos princípios e regras tributários. Se fossem mais apurados o sentido da responsabilidade de Estado e o senso de razoabilidade acerca dos fundamentos e finalidades do sistema tributário no contexto de um Estado que se pretende democrático de direito, sob o princípio republicano, a segurança jurídica estaria mais bem resguardada.

Nas bases de uma nação, a riqueza econômica é produzida pela sociedade, e parte dela é destinada à implementação do interesse público, por meio do Estado, através dos tributos, os quais a própria sociedade autoriza sejam cobrados, por meio de seus representantes políticos.

Para o exercício dessa atividade, a Constituição estabelece uma série de limites e princípios a fim de coadunar a necessidade de arrecadação com um estatuto elementar de direitos dos contribuintes, fruto de evolução histórica que remete à Magna Carta de 1215. Daí se originaram princípios como os da legalidade e do devido processo legal, aos quais se somaram posteriormente os princípios da capacidade contributiva, da vedação ao confisco, da anterioridade, além da isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e, ligado a todos eles, o princípio da segurança jurídica.

Adotados esses fundamentos e princípios, fica clara a relação que o Estado deve manter com a sociedade, o que deveria se refletir na relação Fisco-contribuinte. Entretanto, por injunções históricas, notadamente o patrimonialismo e a pouca tradição republicana, e democrática no Brasil, a aderência da atividade tributária a esses princípios é muito baixa.

Faz-se presente, a partir de tempos imemoriais, um ranço autoritário na atuação dos órgãos responsáveis pela administração, fiscalização e cobrança dos tributos, em desconsideração a princípios e

regras basilares do sistema tributário, estabelecendo um ambiente de imprevisibilidade permanente.

Desde a abordagem inicial da fiscalização, muitas vezes abusiva e despreparada até a cobrança indisfarçada de créditos tributários prescritos, depositados em juízo, parcelados ou até recolhidos, são recorrentes as arbitrariedades perpetradas pela Fazenda Pública, fontes diretas de imprevisibilidades, tornando ainda mais delicada a relação Fisco-contribuinte.

A segurança jurídica, como ensina Paulo de Barros Carvalho, é bidirecional; em relação ao passado, ela se faz sentir pela irretroatividade das leis, assegurando a certeza do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido; para o futuro, a segurança jurídica envolve a aplicação daqueles outros princípios todos já aludidos, pois que ela garante (ou visa garantir) a previsibilidade da regulação da conduta e da aplicação da lei, para que a sociedade possa planejar com tranquilidade suas ações futuras. A previsibilidade pressupõe respeito aos fundamentos e demais princípios e normas constitucionais para que haja estabilidade das expectativas sociais.

Na medida em que o Estado, por seus agentes fiscais, seja de fiscalização, seja de cobrança, cometem frequentes atitudes arbitrárias, sem qualquer consequência, diluem-se quaisquer possibilidades de previsão da regulação da conduta.

Os exemplos multiplicam-se. No âmbito da administração tributária, a celeuma em torno da isenção do imposto de renda (IR) sobre lucros e dividendos distribuídos aos sócios das pessoas jurídicas, constante do art. 10 da Lei nº 9.249/95, é um deles. Pela regra, os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados contabilmente ficarão isentos do imposto de renda (IR). Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que introduziu o padrão contábil internacional, modificou-se a forma contábil de apuração dos resultados da empresa e, assim, dos lucros e dividendos, passando as empresas a adotar as novas regras desde então. No entanto, apenas em 2013, por meio da Instrução Normativa nº 1.397, a Secretaria da Receita Federal do Brasil veio externar posição de que essa apuração dos resultados da empresa pelas novas regras contábeis, admitida desde 2007, não valeria para o efeito de aplicação da isenção. O que estava interdito era o reconhecimento de despesas, custos e receitas para fins de apuração dos tributos pelas novas regras contábeis, o que não interfere na regra de isenção do lucro conforme a apuração dos resultados segundo a nova contabilidade.

No plano da aplicação da lei tributária, a certeza do direito, entendida como o pleno conhecimento dos efeitos jurídicos das condutas, é atingida pela tributação de operações econômicas não consumadas, como no caso do não recebimento do preço da mercadoria vendida ou do serviço prestado, ou, ainda, nos casos de fraude ou furto de mercadorias ou serviços. De fato, quando a operação econômica não se conclui, notadamente em relação aos tributos sobre a cadeia produtiva (PIS, COFINS, ICMS, IPI e ISS), a hipótese de incidência tributária não se aperfeiçoa (e.g. a circulação da mercadoria), deixando de se configurar o substrato do fato-signo presuntivo de riqueza ensejador da assim chamada capacidade contributiva objetiva, na lição de Paulo de Barros Carvalho. A um só golpe, a capacidade contributiva, a legalidade e o não confisco restam violados, afetando a segurança jurídica (em sua função de certeza do direito).

No âmbito judicial, é grave fonte de insegurança jurídica em matéria tributária a alteração de jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF), sem que os efeitos dessa mudança de posicionamento sejam modulados para valer apenas em relação ao futuro. Exemplo claro é a alteração de posicionamento do STF quanto ao direito das indústrias de se creditar do IPI nas aquisições de insumos isentos. Entre 1998 e 2004, ainda que transitado em julgado tenha havido em apenas um caso, o fato é que todas as decisões do STF no período reconheciam esse direito, permitindo, portanto, que o setor produtivo almejasse legitimamente contar com esse direito, pois fundado em sucessivas manifestações da Corte Suprema, por sete anos. Em 2007, houve reversão desse entendimento, passando a Corte a negar o direito, cuja decisão, porém, não foi modulada, produzindo efeitos retroativos. Ou seja, os contribuintes que, com base naquela jurisprudência pacificada, já haviam incorporado a legítima expectativa de se valer do direito, ainda que por meio de ações judiciais, se viram, de inopino, desprovidos dessa possibilidade.

Por interpretação do sistema constitucional tributário ou *de lege ferenda*, há necessidade de preservação da segurança jurídica e de seu corolário da não surpresa, de modo que melhor sejam resguardados as justas expectativas que se formam a partir das leis e de sua aplicação nos âmbitos administrativo e judicial.

A segurança jurídica trata-se de tão caro princípio do sistema jurídico, que não pode ser manipulada de forma, no mínimo, descuidada ou apressada. É inadiável a necessidade de serem mais bem prestigiadas a segurança jurídica e a certeza do direito para que o sistema tributário nacional se torne mais claro e previsível para toda a sociedade, em especial para o setor produtivo, em prol da competitividade e da prosperidade econômico-social.





Dr. Joseph Couri

Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi)

O PAPEL SIGNIFICATIVO DO SIMPI NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Em 5 de outubro de 1988, dois anos após da Assembleia Constituinte eleita, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira. Fruto de intensas discussões, democraticamente desenvolvidas pelos mais variados atores da sociedade civil, a Carta Magna trouxe uma série de avanços e conquistas para a promoção do desenvolvimento social, político e econômico da nação brasileira.

Não por acaso, pouco mais de dois meses após a promulgação da Constituição Federal de 1988, um grupo de empresários – que há tempos já visualizavam a necessidade de uma real representação para as micro e pequenas empresas industriais brasileiras e, em especial nesse momento as paulistas -, lançaram as bases e fundaram o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí).

Liderados por Joseph Couri – que já à época exercia importante e moderna liderança empresarial –, decidiram que as micro e pequenas empresas industriais precisavam se organizar-se. A força do associativismo e da união é que poderia levar as micro e pequenas a se desenvolver cada vez mais e ser as mais importantes propulsores do desenvolvimento nacional e do fortalecimento do mercado interno brasileiro.

A própria Constituição Brasileira, quando trata da ordem econômica e financeira, coloca, nos artigos 170 e 179, a importância da micro e pequena empresa:

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional; II – propriedade privada; III – função social da propriedade; IV – livre concorrência; V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio ambiente; VII – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VIII – redução das desigualdades regionais e sociais; IX – busca do pleno emprego; X – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Iniciava-se, assim, a luta do Simpí, como entidade representativa das micro e pequenas indústrias, influenciando a produção de legislação infraconstitucional e de políticas públicas, para a efetivação do que previa a Constituição Brasileira na promoção do tratamento diferenciado e favorecido para as micros e pequenas empresas.

O Presidente do Simpí, Joseph Couri, teve papel essencial na formação da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa do Congresso Nacional, organização que existe até hoje e é palco das mais variadas discussões e proposições na formulação de legislação, que permita o desenvolvimento das micros e pequenas empresas.

O Simpí, liderado pelo seu presidente, foi um dos idealizadores da emenda do Projeto de Lei nº 9.317, a lei do SIMPLES Federal – sistema tributário simplificado para as micro e pequenas empresas – especialmente a inclusão das micro e pequenas indústrias no rol de empresas que poderiam ser optantes pelo sistema, pois essa possibilidade não fazia parte do projeto inicial.

A conquista de espaço cada vez maior no cenário nacional para as proposições das micro e pequenas empresas é um dos objetivos do Simpí Nesse sentido, Couri foi nomeado conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, no Fórum Nacional do Trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e no Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. São exemplos da participação singular e atuante na busca de melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos negócios e fortalecimento do mercado interno nacional.

Na crise financeira mundial iniciada em 2008, o Simpí teve participação importante quando, em conjunto com entidades representativas de trabalhadores, formulou parceria para a manutenção dos empregos e dos salários dos trabalhadores, propondo aos governos estaduais e ao governo federal, políticas econômicas que promovessem o fortalecimento do mercado interno nacional.

Fato é que, dos 1,1 milhão de empregos criados em 2009, 98% deles foram nas micro e pequenas empresas, minimizando em muito no Brasil a crise mundial, gerada e experimentada pelos países desenvolvidos.

Além da atuação nacional, Joseph Couri, por meio, criou o serviço “Empresa Aberta” em 1996, inaugurado pelo governo Mário Covas e mantido e aprimorado na gestão do governo Geraldo Alckmin, com o objetivo de simplificar e desburocratizar a abertura ou alteração legal de uma empresa em seis horas. Para isso, estabeleceu convênios com órgãos federais e estaduais, como a Receita Federal, Secretaria Estadual e Junta Comercial, todos prestando serviços na própria sede da entidade.

Sua participação como membro do conselho estratégico do Banco do Povo Paulista é um exemplo de atuação na promoção de acesso ao crédito. O banco do povo paulista atua na concessão de microcrédito para pequenos negócios.

O Simpí em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inaugurou um Posto Avançado de Atendimento Judiciário. Aberto para atendimento ao público, está habilitado para receber demandas restritas de sua área de competência e promover a conciliação envolvendo questões relacionadas ao direito do consumidor, planos de saúde, cobranças em geral, despejo para uso próprio, conflitos de vizinhança, execução de títulos e acidentes de trânsito, desde que o valor da causa não ultrapasse os 100 salários-mínimos.

Outra importante iniciativa foi o estabelecimento de convênio com a Certisign, oferecendo a certificação digital a todos os que procurem esse serviço na sub-sede da capital de São Paulo.

Hoje as micro e pequenas empresas somam mais de 7 milhões de unidades, empregando em torno de 62% do total de trabalhadores formais do país. São responsáveis por mais de 25 % do PIB nacional. O potencial de crescimento, porém, ainda é muito grande, pois não há no mundo um único exemplo de país desenvolvido sem: uma pujante rede de micro e pequenas empresas; e vários deles a participação das micro e pequenas chega a ser de 50% do PIB.

Para poder contribuir, de maneira científica, no sentido de conhecer verdadeiramente sua base de representação, o Simpí estabeleceu, com o Instituto DATAFOLHA, uma parceria para o desenvolvimento de rodadas de pesquisas mensais. Realizadas desde março de 2013, as pesquisas resultaram no “Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria de São Paulo”, disponibilizado mensalmente para toda a sociedade brasileira no site: www.simpi.org.br.

A história do Simpí se confunde-se com a história do desenvolvimento brasileiro nos últimos 26 anos. Muito foi feito, muitas conquistas asseguradas, porém ainda há muito que se fazer, muito que se conquistar.

De imediato se faz necessária uma nova revisão da Lei Complementar 123/06 e seus apêndices, para que se efetue verdadeiramente a redução da carga tributária a todas as categorias de micro e pequenas empresas.

Outra importante medida que pode ser efetivada rapidamente, a depender de vontade política para tal, é a possibilidade de inclusão das optantes pelo SIMPLES nos programas REFIS, destinados ao parcelamento de pendências fiscais em condições mais favoráveis do que as possíveis hoje.

Todas essas questões são tratadas e levadas em rede nacional de televisão duas vezes por semana pelo programa *A Hora e a Vez da Pequena Empresa*. Com dez anos de veiculação, o programa é uma verdadeira prestação de serviços; com orientações jurídicas, contábeis e de gestão empresarial, importantes para os pequenos negócios nacionais. Também são entrevistadas semanalmente, pelo presidente Joseph Couri, eminentes personalidades dos meios econômico, político e acadêmico e das mais variadas áreas do conhecimento.

Demonstração inequívoca do sucesso do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo e da força do associativismo é o seu número cada vez maior de associados.

A luta do Simpí continua. Sua força é o seu trabalho, trabalho que seria impossível sem a enorme colaboração de toda a sua equipe, com profissionalismo das mais variadas áreas.

Também é necessário enfatizar e enaltecer todos aqueles, inclusive os membros dos Poderes Legislativos e Executivo, que trabalharam ao longo de todo esse tempo e ainda trabalham em prol dos micro e pequenos empresários.

Não por acaso nosso símbolo são as abelhinhas. Uma abelha sozinha não lograria nunca o sucesso; porém, uma colmeia forma uma estrutura dinâmica, sofisticada e poderosa, com todos os seus componentes trabalhando para alcançar o sucesso.

Sucesso para as micros e pequenas empresas brasileiras e para o Brasil!





Dr. Cesar Augusto de Aguiar, DVM

Cônsul AH da República de Chipre em São Paulo

A REPÚBLICA DE CHIPRE NO ORIENTE MÉDIO

Chipre, um dos berços da civilização ocidental, é uma ilha localizada na parte mais oriental do Mar Mediterrâneo, muito próxima do Líbano, da Palestina, de Israel, do Egito, da Grécia e da Turquia. São 9.250 km² de deuses, imperadores, reis, filósofos, guerreiros, navegantes, ourives, ceramistas, artistas e escultores. Quilômetros quadrados que guardam 10 mil anos de História.

Podemos apresentar Chipre através da mitologia grega, da descoberta do cobre, das cruzadas ou de uma das obras-primas da literatura universal. Da descoberta do cobre: a origem do seu nome vem do grego "kyprus", que significa cobre. Os romanos chamaram o metal de "aes cyprium" ou "cuprum". O cobre foi utilizado como matéria-prima na fabricação dos primeiros espelhos, recebendo nome de Espelho de Vênus (romano) ou Espelho de Afrodite (grego), pois Chipre estava consagrado à Deusa da Beleza – Espelho de Afrodite da mitologia e da alquimia.

No Brasão de Armas de Chipre e em sua bandeira está estampada a cor amarela do cobre. Da mitologia grega: berço de Afrodite – Deusa do Amor – (para os romanos, Vênus). O nascimento de Afrodite: Cronos, o mais jovem dos Titãs, filhos de Urânio (personificação do céu), cortou os órgãos genitais do pai e jogou-os ao mar. De seu esperma esparramado (espuma das águas) nasceu Afrodite, saindo do mar em uma concha. Perto da belíssima cidade de Pafos, há uma formação rochosa que adentra ao mar e onde as ondas produzem uma grande quantidade de espumas que é apontada como a Gruta de Afrodite. O grande mestre da pintura Sandro Boticelli no ano de 1485, produziu na tela o nascimento de Afrodite.

Outra importante figura mitológica grega é Dionísio – o Deus do Vinho. Na cidade de Pafos há uma casa em homenagem a Dionísio, cuja escavação apresentou intactos os belíssimos mosaicos no chão de quase todos os cômodos. Durante os séculos helênicos, a maior festa popular na Ilha (carnaval) era dedicada aos deuses Afrodite e Dionísio.

Por meio das cruzadas: em 1191, o Rei Ricardo Coração de Leão, comandou a Terceira Cruzada, ocupou Chipre e na cidade de Limassol casou-se com a Princesa Berengária de Navarra da Espanha. O Rei Ricardo vendeu a Ilha para os Templários, que fizeram de Chipre um entreposto militar para receber várias Cruzadas e suprir suas fortificações que se estendiam da Síria, passando pelo Líbano, Palestina e Egito, formando um cordão de segurança contra os muçulmanos até Jerusalém.

Através de Shakespeare que, em 1603, coloca a ilha de Chipre como centro do cenário de uma de suas obras primas: Otelo, o Mouro de Veneza – uma obra da literatura universal – racismo, amor, ciúmes e traição. São 800 mil habitantes de origem helênica (cipriotas gregos) e 180 mil habitantes de origem turca (cipriotas turcos). Os cipriotas turcos vivem na área ocupada pelas tropas turcas.

A República de Chipre foi estabelecida em 1960, após cem anos de colonização britânica. É um país membro da ONU, da Commonwealth e da União Europeia. Em 1º de maio de 2004, ingressou na União Europeia e, em 1º de janeiro de 2008, na zona do Euro. A sua renda per capita é de US\$35.000,00, tem um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante elevado – 0,845 – e ocupa a 32ª colocação entre os países da ONU.

O turismo é uma das suas principais fontes de renda, recebendo mais de 3,5 milhões de turistas ao ano. Uma ilha mediterrânea com belíssimas praias banhadas por um mar de cor verde azulado, límpido, e que oferece a possibilidade de esquiar no inverno na estação de esqui dos Montes Troodos, aos pés do Monte Olimpo, com 1.953 metros de altitude. Na região de Troodos concentram-se as maravilhosas igrejas bizantinas com seus riquíssimos acervos históricos.

Chipre possuía uma civilização bastante avançada, no ano de 2400 AC, no início da Idade do Bronze – foi na ilha o início dos trabalhos de joalheria em cobre, o uso do arado na agricultura e o costume de enterrar-se os mortos em um único local, denominado de cemitério – do grego "kimitirion" (do verbo "kímao", que significa por a jazer).

A cultura grega chega para ficar entre o segundo e o primeiro milênio antes de Cristo com a invasão dos micênicos e dos antigos gregos. Depois, chegam os fenícios, os assírios, os egípcios, os persas, os romanos, os bizantinos, os ingleses, os templários, os venezianos, os otomanos e os ingleses (novamente) que permaneceram por quase cem anos, até a independência, em 1960.

Religião: O cristianismo é introduzido em Chipre no ano 45 da era cristã. Os Apóstolos São Barnabé (nascido em Chipre) e São Paulo saem de Antioquia, na Síria, e iniciam a cristianização da Ilha e a formação da Igreja de Chipre. Com a divisão do Império Romano em 395, Chipre ficou em poder do Império Bizantino por 700 anos.

No ano 488, o Imperador bizantino Zeno permitiu a Chipre a "autocefalia", ou seja, a autogovernança com direito a escolher o seu líder, assim como deu privilégios especiais ao Arcebispo da Igreja ortodoxa de Chipre, entre os quais estava o direito de assinar seu nome com tinta vermelha, o que significava que ele não estava subordinado a nenhum outro bispo, pois somente o chefe da Igreja podia usar a tinta vermelha – os outros só podiam assinar com azul ou preta.

Em 1571, o Império Otomano ocupou a ilha, introduziu o islamismo juntamente com o assentamento de colonos muçulmanos, que permaneceram por 300 anos, durante os quais houve decadência tanto econômica quanto demográfica. Em 1878, a Inglaterra derrotou os otomanos, ocupando a Ilha e passando a administrá-la. Somente após cem anos sob a coroa inglesa Chipre ganhou a independência.

Chipre possui uma cultura helênica, na qual 82% da população fala grego. Os cem anos de colonização inglesa fortaleceram o bom funcionamento do sistema público, que prevalece até hoje. O direito não é o romano, mas, sim, o anglo-saxônico, e a mão de direção é a inglesa.

Dados importantes para a compreensão dos problemas de Chipre: na década de 1950, há o início de movimentos internacionais para a descolonização, que colocou Chipre na pauta das discussões. Em 1958, o primeiro-ministro britânico Harold MacMillan propôs que Chipre fosse governado por um sistema tripartido: anglo-helêno-turco. Essa proposta deu forças aos cipriotas gregos para iniciarem a independência da ilha. Para a diplomacia inglesa, a entrada da Turquia seria um contrapeso nos ideais da população majoritária – 82% de cipriotas gregos –, e, dessa maneira, os ingleses conservariam as duas bases militares, o que poderia ser um fator inibidor de conflitos entre gregos e turcos. Os acordos de Zurique e de Londres (firmados em fevereiro de 1959) para a constituição de Chipre como um país independente foram assinados entre o Reino Unido, a Grécia, a Turquia e os líderes das comunidades cipriotas: pelos cipriotas gregos, o Arcebispo Makarios III, e pelos cipriotas turcos, Fazil Kuçuk.

Tendo isso como base, a constituição foi promulgada e acordada em conjunto com dois outros tratados: 1) da Aliança; e 2) da Garantia. O Tratado da Garantia é assinado por todos os atores que se comprometem a abandonar quaisquer futuras reivindicações territoriais. Os três Estados tornaram-se, assim, garantidores do equilíbrio constitucional da República de Chipre. Esse tratado acordado em particular o direito de intervenção militar, sob certas condições, para restaurar a ordem constitucional, se alterada.

O Tratado da Aliança é assinado por todos os atores e prevê as medidas a serem tomadas para resolver as questões estabelecidas no Tratado de Garantia. Em 16 de agosto de 1960, Chipre fica independente da coroa britânica e é formada a República de Chipre. O Arcebispo Michail Kristodoulos Mouskos – Makarios III – assume a presidência do novo país.

Primeiro de outubro é instituído a data nacional da República de Chipre.

Entre 1963 e 1967 há conflitos entre cristãos e muçulmanos. Os cipriotas de origem turca querem a "Taksim", a separação ou partilha da ilha, enquanto os cipriotas de origem grega querem a "Enosis" – a união com a Grécia. Os movimentos nacionalistas agressivos importados da Turquia e da Grécia levaram a confrontos étnicos entre as comunidades cristãs e muçulmanas. Em 1964, as Nações Unidas enviaram soldados das Forças de Paz, os quais permanecem até hoje.

ANO EM QUE A ILHA É DIVIDIDA COM ARAME FARPADO – 1974 AINDA OCUPADO, AINDA DIVIDIDO 2014 NICOSIA – A única capital do mundo dividida.

Em 15 de julho de 1974, a junta militar que governava a Grécia patrocinou um golpe de Estado para derrubar o governo democraticamente eleito de Chipre e, em 20 de julho de 1974, numa ação unilateral, a Turquia invadiu Chipre, com o pretexto de estabelecer a ordem constitucional. Porém, em vez de estabelecer a ordem constitucional, os turcos apoderaram-se de 36,2% da ilha e estabeleceram a política otomana turca da Taksim (dividir).

A política da Taksim impôs a segregação étnica, trazendo como consequência o maior êxodo do século XX: 200 mil cipriotas gregos cristãos são obrigados a deixar a área ocupada pelas tropas turcas e 142 mil cipriotas turcos são obrigados a passar para a área ocupada pelos muçulmanos turcos. De imediato, além da segregação étnica, 70% do potencial de produção foi perdido, e 30% da população ficou desempregada.

A Organização das Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU elaboraram várias resoluções exigindo a saída imediata dos turcos da ilha, mas Ancara vem ignorando todas. Recentemente, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou pela segunda vez a Turquia pelas violações sistemáticas e flagrantes dos direitos humanos em Chipre.

As consequências da invasão militar de Chipre pela Turquia, em 1974: ocupação militar, a divisão forçada, a violação dos direitos humanos, a massiva colonização com turcos trazidos da Anatólia, a usurpação da propriedade e a terrível segregação étnica imposta, desde o início, perduram até hoje e não só são o ponto sensível da história contemporânea da ilha, mas também a principal característica do seu *status quo*. Hoje, a Turquia, um país candidato a ser membro da União Europeia, é ainda responsável perante a comunidade internacional pela invasão e ocupação militar contra um Estado Membro da EU e das Nações Unidas.

A ocupação de parte da ilha e a constante violação dos direitos humanos constituem uma situação inaceitável, uma afronta à ordem internacional legal, uma ameaça permanente para a estabilidade regional, devendo ser corrigida o mais rapidamente possível, o que não parece abalar os políticos turcos, cujo *slogan* continua a ser: Perdemos Creta, mas não perderemos Chipre".

Os dados trágicos após a invasão:

- 1) 36,2% da ilha é ocupada militarmente pelas tropas turcas.
- 2) O país é separado, cortado ao meio por arame farpado.
- 3) O maior êxodo do século XX: 200 mil cipriotas gregos foram obrigados a deixar seus lares e caminhar para o sul.
- 4) 1.200 pessoas estão desaparecidas, e as autoridades turcas recusam-se a colaborar na busca.
- 5) 43 mil soldados turcos estão estacionados na área ocupada.
- 6) 160 mil colonos turcos da Anatólia foram trazidos para ocupar a área, com o único propósito de alterar a estrutura demográfica da ilha.
- 7) 58 mil cipriotas turcos dos 116 mil deixaram a área ocupada pela Turquia em razão da queda brutal do setor econômico.
- 8) A renda per capita da área da República de Chipre chega a ser de US\$ 35 mil e da área ocupada não ultrapassa US\$ 1 mil.
- 9) Os turcos ocupantes continuam a destruir, deliberada e metodicamente, a cultura helênica, romana e cristã nas áreas históricas.

Os turcos não admitem até hoje a perda de Creta para os gregos, ainda não absorveram a perda de Chipre para a coroa britânica, como também não aceitaram de bom grado a independência e a formação da República de Chipre.

A ação turca de iniciar a política da Taksim inspirou e ainda inspira, na macro região, a mentalidade política de alguns atores de ocupar territórios livres, os quais – algum dia no passado – pertenceram a algum determinado império ou nação. Saddam Hussem atacou e ocupou o Kuwait em 1990 (mas perdeu a guerra e o devolveu). O mais recente episódio foi a ação da Rússia contra a Ucrânia, tomando e ocupando a Criméia.

Os dois episódios – de Chipre e da Criméia – foram assistidos pelo mundo, que nada fez e deixou que a ocupação se consolidasse, criando precedentes. Isso deu forças à Rússia para auxiliar os separatistas no Leste Ucraniano, cuja área só não foi invadida pela ação europeia e americana. Numa visão ampla sobre a macro região do Oriente Médio, Chipre e Criméia ajudam-nos a verificar os inúmeros e complexos fatores que dão início e geram esses conflitos de ocupações territoriais.

São fatores internos e externos, ora independentes, ora ocorrendo paralelamente e ora intimamente interligados. Portanto, fica difícil abordar qual ou quais os fatores que estão na base do conflito, mas podemos elencar aqueles que o alimenta:

- 1) A bipolaridade cultural-religiosa das comunidades.
- 2) As políticas rivais entre as comunidades que encontram eco externamente (no caso de Chipre, as políticas da Enosis e da Taksim, que encontraram eco na Grécia e na Turquia)
- 3) A permanência do interesse estratégico das grandes potências, a Inglaterra, no caso de Chipre, com duas bases aeronavais: Akrotéri e Dhekelia.
- 4) A posição estratégica da área, pois Chipre é um porta-aviões no Mediterrâneo oriental. A ilha foi utilizada na antiguidade, na Idade Média, durante a Guerra Fria e continua sendo utilizada como um centro nevrálgico de latitudes e longitudes dos conflitos regionais e nos jogos estratégicos das grandes potências. Por Chipre cruzam os cabos submarinos de telecomunicações entre o Oriente Médio, a Europa e o Leste Europeu.

Essa complexidade do conflito em Chipre foi relatada por Henry Kissinger, secretário de Estado americano (1973-1977), que afirmou: "paixões que o animavam tinham raízes tão profundas a ponto de se tornarem incompreensíveis para quem quer que não pertencesse aos dois grupos étnicos envolvidos". Ressaltou em seu relato que as características do conflito "advêm do fato de Chipre ter sido um caso precursor dos conflitos entre grupos étnicos". Kissinger tinha razão: os conflitos étnico-religiosos nacionais da ex-Iugoslávia explodiram quinze anos depois, demonstrando as interfaces históricas na região. Outro fator muito interessante é que, no passado, o mundo helênico e o árabe aproximaram-se muito para ficar contra o poder otomano-turco, quando houve o afloramento da rivalidade entre árabes e turcos pela liderança do mundo islâmico, que influi na política e na estratégia da região. Xiitas, sunitas, curdos, cristãos e judeus estão num mesmo tabuleiro de xadrez, e muitas vezes, os europeus parecem não compreender.

O plano do então secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 24 de abril de 2004, para a unificação da ilha e das duas comunidades foi aprovado por 64,91% dos cipriotas turcos e rejeitado por 75% dos cipriotas gregos. A rejeição por parte da comunidade cipriota grega deveu-se mais a um sentimento de revolta por ter a Turquia incorporado arbitrariamente muitas exigências de última hora. O plano para a comunidade cipriota grega não era equilibrado e não correspondia às suas principais preocupações, tais como segurança – baseava-se no estilo da Suíça, as pessoas não acreditaram que funcionaria e nem que seria viável para as duas comunidades. A complexidade do conflito é grande, mas um ponto bastante importante para a rejeição é a repatriação dos emigrantes turcos ou colonos turcos enviados por Ancara. Os turcos e os dirigentes cipriotas turcos iniciaram imediatamente, após a invasão militar, o envio desses colonos da Anatólia concedendo-lhes nacionalidade cipriota-turca, o que dificulta saber o número exato de turcos que devem ser repatriados. Em 1960, eram 104.320 cipriotas turcos, em 1974, 119.147 (senso elaborado pelo canadense Richard Petrick), em 1992, 171.500 (dados fornecidos pela administração cipriota turca), em 1996, 316.858 – sendo 164.460 cidadãos cipriotas turcos, 37.398 nascidos na área ocupada militarmente e 115.000 colonos turcos (estimativa do Conselho Europeu).

Gás natural – A descoberta de gás natural na área *off-shore* de Chipre, em 2012, na chamada bacia do Levante, área marítima que engloba Chipre, Israel, Líbano e Egito, é mais um fator que torna Chipre tão atraente.

Nessa área, pelos dados fornecidos pela US Geological Survey, há uma estimativa de 60 trilhões de pés cúbicos de gás natural que corresponde à metade das reservas de gás no Mediterrâneo. Os países assinaram e acordaram sobre a área destinada a cada um. Chipre e Israel assinaram um protocolo de área econômica, tendo cada um iniciado a sua exploração da reserva. O Líbano ainda não iniciou a exploração da sua área. Essa descoberta, e consequente exploração, deverá modificar o sistema produtivo dos países dessa área marítima, não só pela entrada de divisas oriundas do comércio do gás, mas principalmente pelo poder energético do gás, pois todos eles se abastecem de energia elétrica através de termoeletricas a óleo.

O Governo e a população da República de Chipre seguem com o firme propósito da unificação. O atual Presidente da República de Chipre, Nicos Anastasiades, fez o seguinte pronunciamento visando a unificação da ilha:

"Buscamos uma solução que irá reunificar o país e garantir os direitos humanos de todos os cipriotas: cipriotas gregos, nossos compatriotas cipriotas turcos e de todos os cipriotas legais, independentemente do local ao qual pertencem, que língua falam ou qual religião professam.

Nosso objetivo é reunir nossa terra comum. A reunificação da ilha deve ser realizada pelo seu povo, que deve suportar as dificuldades, desenvolver oportunidades para crescer e prosperar, salvaguardar os princípios e as regras da União Europeia, garantir a estabilidade de Chipre e da região, e permitir a criação de alianças e condições de desenvolvimento mútuos para o benefício de todos".

As rodadas de negociações continuam.



CesnikQuintino&Salinas
A D V O G A D O S

Dr. Fábio de Sá Cesnik

Advogado sócio do escritório Cesnik, Quintino e Salinas Advogados

O PROJETO DE LEI PARA MUDAR A LEI ROUANET: O PROCULTURA

F

ábio de Sá Cesnik é advogado, sócio do escritório Cesnik, Quintino e Salinas Advogados, especializado em cultura, mídia, entretenimento e terceiro setor. É também presidente da Comissão de Mídia e Entre-

tenimento do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e da Comissão de Direitos Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB do Rio de Janeiro. Cursa *business* e Gerenciamento do Entretenimento na UCLA, em Los Angeles. É autor do livro *Guia de Incentivo à Cultura*, que está na 3ª edição pela Editora Manole. É coautor de vários outros livros, entre eles *Globalização da Cultura*, pela Editora Manole, e *Projetos Culturais*, pela Editora Escrituras.

Tramita desde início de 2010 o projeto de lei que pretende revogar a Lei Federal nº 8.313/91 (conhecida como Lei Rouanet) e criar um novo mecanismo de fomento no Brasil: o Procultura.

Desde que foi encaminhada pelo Ministério da Cultura, a proposta do Executivo passou por duas Comissões da Câmara. Na primeira – a Comissão de Educação e Cultura (CEC) – recebeu substitutivo que mudou completamente sua redação, apresentado pela Deputada Alice Portugal. Logo em seguida, foi examinado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), na qual recebeu novo substitutivo que modificou novamente seu conteúdo de forma substancial, trabalho capitaneado pelo Deputado Pedro Eugênio. Neste momento, o projeto está para final exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), última etapa antes de ir ao Plenário da Câmara dos Deputados ou, dependendo do caso, diretamente para o Senado Federal. No Senado Federal, o projeto passará novamente por outras comissões para novo estudo de seu conteúdo. Se o Senado modificar o texto da Câmara, o projeto volta a esta casa para, então, novamente aprovar as modificações.

O assunto de alterar os incentivos é polêmico desde antes de ser proposto pelo Ministério da Cultura (MinC). Quando protocolado em fevereiro de 2010, o projeto padecia de flagrante vício de legalidade, visto que deixava todas as questões essenciais para serem decididas por decreto, sem dar limitadores de atuação ao MinC. O substitutivo da CEC representa um grande ganho ao sistema na medida em que guia melhor os parâmetros decisórios que deveriam ser considerados pelo MinC na avaliação dos projetos. Na CFT, o projeto demorou muito mais tempo, pois sofreu oposição da Receita Federal na parte que previa aumento da despesa pública, e termina um bom projeto se comparado ao originalmente proposto pelo Executivo, restando ainda algumas imperfeições que precisarão ser reparadas no curso de sua tramitação legislativa.

Basicamente o Procultura mantém a estrutura de mecanismo previsto na Lei Rouanet consistente em três fontes de financiamento de projetos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o mecanismo de incentivo fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). No FNC são introduzidas alterações para se criar alguns subfundos com destinação específica. A ideia é ter a receita mais bem dividida em janelas setoriais que evitem a preferência do Ministro de plantão por uma área cultural ou outra. De preocupante, o projeto prevê uma equalização entre recursos do FNC e Mecenato. Isso conceitualmente é bom (e defendo em tese), mas ruim na prática (imagino que o orçamento público vá, ao invés de destinar ao FNC mais recursos, legitimar uma forma de limitar o volume de incentivo fiscal no mercado via mecenato... e o tiro vai sair pela culatra: não ajuda o fundo a ter mais dinheiro e prejudica o mecenato de expandir a partir do aporte de empresários).

O FICART já existia na Rouanet, mas nenhuma administradora de fundos encorajou-se a criar um. Com o Procultura, ele ganha um estímulo para surgir: dá ao investidor 50% de benefício fiscal dos valores que aplicarem nos fundos (atualmente não há abatimento nesses fundos).

Criar o estímulo fiscal é experiência baseada nos FUNCINES, que são fundos criados em 2001 para o mercado do audiovisual e que só ficaram viáveis pelo incentivo oferecido. Ponto para o Procultura nesse aspecto. Importante somente garantir que o texto legal não crie limites que engessem o desenvolvimento desses fundos como instrumentos de mercado. Afinal, o incentivo criado para o FICART é temporário e deve ajudar na decolagem de fundos que se sustentem após o fim do incentivo. Nesse ponto, deve ser suprimida do texto a previsão de que todo o resultado dos FICARTs seja revertido ao FNC afinal: que investidor vai aplicar num fundo com 50% de benefício fiscal (portanto, 50% de recurso próprio) se o benefício vai para o fundo público? Fere a lógica do investimento!

No Mecenato são introduzidos vários critérios objetivos para aprovar um projeto em determinado percentual de abatimento fiscal. Com a Rouanet, o critério era área de expressão (música erudita permite abater 100% do imposto de renda, e MPB permite somente 30 ou 40%, por exemplo). Os diferentes legisladores que trabalharam no projeto pediram cada qual que o projeto tivesse mais critérios objetivos e menos subjetivismos. Tanto esse é o desejo do Congresso que a única emenda recebida pelo projeto na CCJ até agora sugere substituir o manancial de critérios introduzidos na CFT para dois bem simples: projetos de menos de 4 milhões poderão conceder abatimento de 100% do imposto de renda, e projetos acima desse valor só permitirão desconto de 50% no imposto. Sem dúvida, esse critério parece um pouco simplório demais, e não podemos concordar, mas algo simples e eficiente tem que ser pensado.

Venha Procultura ou se mantenha Rouanet, no entanto, o importante é que esses mecanismos sigam indutores de desenvolvimento da cultura no país. São inegáveis, em todos os segmentos, o notável avanço tido com o advento dos incentivos nas três esferas (federal, estadual e municipal) e tudo o que o setor se profissionalizou e desenvolveu ao longo dos últimos anos.





SENADO
FEDERAL



Helena Assaf Bastos

Consultora Legislativa da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

SIGA BRASIL: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO GASTO PÚBLICO

“Follow the Money” (Siga o dinheiro), conselho supostamente dado pelo célebre agente do FBI Mark Felt, o “Garganta Profunda”, ao jornalista investigativo Bob Woodward, que se via confuso para decifrar o esquema de corrupção no governo Richard Nixon.

Se os Estados Unidos tivessem um sistema como o SIGA Brasil, quando Mark Felt orientou o jornalista investigativo Bob Woodward a “seguir o dinheiro” e, assim, elucidar os esquemas de corrupção em que estava envolvida a administração Nixon, certamente o famoso caso não teria sido tão fantástico. Isso porque as ginásticas investigativas de Woodward para rastrear o uso dos recursos públicos se constituíram na parte mais emocionante de toda aquela história, já que ele precisou cooptar fontes com acesso privilegiado à informação concernente ao uso do dinheiro público. Com o SIGA Brasil, as informações de uso do dinheiro público simplesmente estão ali, ao alcance de todos, especialistas orçamentários, agentes governamentais, sociedade civil organizada e cidadão comum, sem a necessidade de senhas ou acessos privilegiados. O SIGA Brasil talvez seja a expressão mais concreta da democratização por que passa o Estado brasileiro, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Cidadã, em 1988.

Concebido inicialmente para dar suporte aos trabalhos da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal, o SIGA Brasil tornou-se igualmente relevante para diversos outros segmentos de usuários: órgãos do Poder Executivo, órgãos do Poder Judiciário, órgãos públicos de Estados e Municípios e entidades da sociedade civil engajadas no controle social dos gastos públicos. Além dos que já fazem uso corrente do SIGA Brasil, a cada dia, vários órgãos públicos e organizações não governamentais aderem a essa poderosa ferramenta, cujo reconhecimento ultrapassou as fronteiras do Brasil, quando uma equipe foi apresentar a solução SIGA Brasil na Sérvia, a convite do Parlamento desse país, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa do Senado Federal em garantir total e genuína transparência aos gastos públicos foi considerada, por muitos dos usuários citados, de extrema coragem.

Um dos principais objetivos da Constituição Federal Brasileira de 1988 foi o de promover mudanças no centralismo fiscal, caracterizado pela ausência de participação da sociedade civil nas políticas governamentais e pela ineficiência dos canais institucionais de fiscalização e de controle da gestão pública. Por consequência, alguns dispositivos constitucionais inovaram no sentido de incentivar a descentralização política e financeira, ampliar os canais de participação civil e de controle social e fortalecer as estruturas e o capital humano voltados para a fiscalização dos atos e dos agentes públicos. Exemplo emblemático dessas inovações é o processo de planejamento e orçamento público, foco do SIGA Brasil.

Ao longo de quase duas décadas, desde a promulgação da Constituição, o cumprimento dessas normas constitucionais tem avançado com a reestruturação dos órgãos dos três Poderes e do Ministério Público, a admissão de servidores qualificados por meio de concurso público, a aprovação de normas infraconstitucionais detalhadas,

a criação de conselhos participativos em várias áreas de políticas públicas em níveis federal, estadual e municipal e a reorientação do foco de trabalho dos órgãos de controle para avaliar a legalidade, o desempenho e a efetividade da ação governamental. Em todos esses processos, a concorrência das novas tecnologias de comunicação e informação tem sido fundamental, pois os sistemas desenvolvidos com base nessas tecnologias têm conferido aos trabalhos de atores governamentais e não governamentais eficiência e transparência sem precedentes na história do Brasil.

Ainda assim, um problema crucial tem perdurado: a significativa fragmentação dos dados produzidos ou coligidos por cada órgão. Muitos desses dados, que ficam represados nas unidades que os custodiam, são também relevantes para os trabalhos de outros órgãos, que, portanto, se ressentem da dificuldade de acesso. O resultado desse estado de coisas é que a capacidade de trabalho, a eficiência e a visibilidade da ação governamental, para si mesma e para os atores não governamentais, ficam bastante comprometidas e a quem das potencialidades trazidas pela nova base legal e tecnológica. Para que os sistemas de informação sejam instrumentos efetivos de aperfeiçoamento do Estado e da sociedade, não basta que sejam estruturados – é necessário que sejam também integrados, acessíveis e facilmente manipuláveis por atores não especialistas. Esse é o “espírito” do projeto SIGA Brasil.

Tecnicamente, o SIGA Brasil é uma solução em tecnologia da informação que integra, em um único repositório, bases de dados do Poder Executivo e do Poder Legislativo, referentes aos sistemas de elaboração e de execução do orçamento federal – nomeadamente, as bases do SIAFI¹, SIOP², SELOR³, SIASG⁴ e SICONV⁵. Além desses, o SIGA Brasil, atualmente, abarca, em seu mundo, dados relativos aos entes da federação, cujas origens são múltiplas: de órgãos e entidades da administração pública, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos ministérios e do próprio Congresso Nacional; e de entidades privadas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De modo que se permita que qualquer usuário da Internet, de qualquer lugar do mundo e a qualquer momento acesse os dados disponíveis, o SIGA Brasil é apresentado à comunidade em dois portais principais: “Orçamento”⁶ e “Dados Federativos”⁷. A partir desses, e entre outros, há o portal de pesquisa à base de dados⁸, no qual o próprio usuário pode customizar sua consulta, conforme sua necessidade de informação; o portal GeoSIGA⁹, que apresenta informações sobre transferências Federais a Estados e municípios por meio de interface georreferenciada (mapas); e o portal Estados e Municípios¹⁰, que mostra a regionalização dos recursos disponibilizados a esses entes da federação.

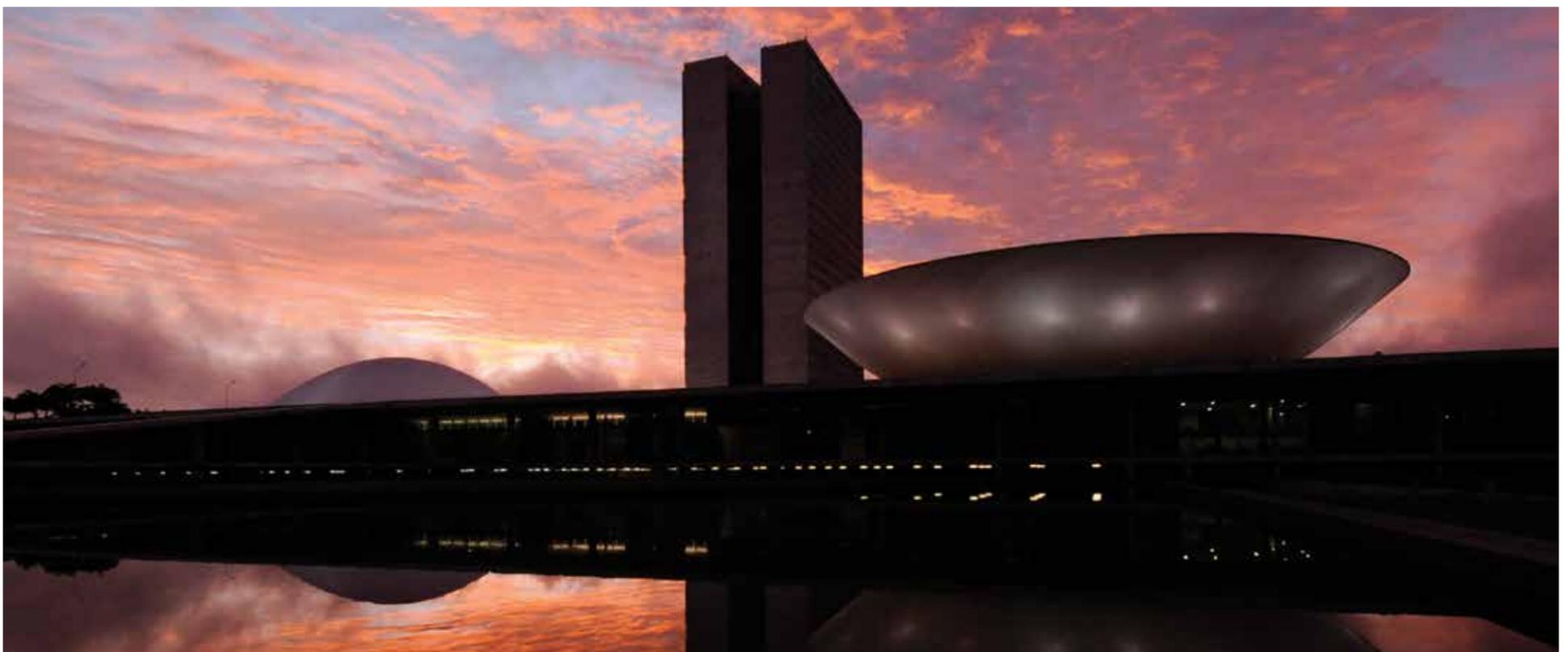
Especificamente, na esfera federal, todo o processo orçamentário pode ser mapeado com as funcionalidades do SIGA Brasil: desde a apreciação do orçamento, com o envio da proposta do Poder Executivo ao Congresso Nacional, até o término de sua execução, com o pagamento dos bens e serviços contratados. Nesse rol, incluem-se informações detalhadas sobre as emendas parlamentares, as reestimativas de receitas públicas, os créditos orçamentários criados durante o ano, as ordens bancárias emitidas e seus beneficiários, bem como uma infinidade de outros eventos orçamentários, que passam a ser facilmente obtíveis por meio de um único aplicativo de tecnologia da informação.

Blindar o cidadão comum dos termos técnicos é um dos maiores desafios enfrentados no desenvolvimento do projeto SIGA Brasil. De fato, tal nomenclatura revela-se como barreira ao controle social e à participação popular, principais bandeiras da ferramenta. Nesse sentido, faz parte do projeto a construção de “orçamentos temáticos”. Grosso modo, esse levantamento foi possível por meio de parcerias com organizações da sociedade civil que acompanham segmentos específicos das políticas públicas, que identificaram, destacaram e mapearam as programações que compõem os diversos “orçamentos temáticos” “escondidos” no orçamento da União, de modo que seja facilitado o acesso à informação pelos interessados. Nesse rol, encontram-se os orçamentos “da mulher”, “da segurança alimentar”, “da criança”, “da igualdade racial”, “da saúde”, “da educação”, “do meio ambiente” e “socioambiental”.

O esforço do Senado Federal em dar materialidade, por meio do SIGA Brasil, aos princípios de transparência, de participação democrática e de controle social dos gastos públicos vai ao encontro da principal recomendação de organismos internacionais no combate à corrupção. De fato, Daniel Kaufman, especialista reconhecido mundialmente para questões relacionadas ao combate à corrupção, salienta, recorrentemente, em suas entrevistas, a importância da existência de uma ferramenta capaz de levantar e rastrear os gastos públicos, desde que disponível para entidades de “fora do governo”.

Como se vê, no Brasil de hoje, não se faz necessário a jornalistas, a integrantes da sociedade civil organizada e a cidadãos comuns ter que buscar meios privilegiados de acesso a informações específicas para “seguir o dinheiro”, uma vez que todas as transações que esclarecem como o Governo Federal e os estados gastam os recursos públicos estão amplamente disponíveis, sem necessidade de cadastro ou senha. A estrutura tecnológica promovida pelo SIGA Brasil não só aprofunda a democracia, ainda em construção, como representa o caminho certo a ser seguido pelo Estado brasileiro e seus entes federativos, que se pretendem cada vez mais transparentes para sua própria sociedade.

1. Sistema Integrado de Administração Financeira. 2. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Substituiu o SIDOR, Sistema de Elaboração Orçamentária do Poder Executivo. 3. Sistema de Elaboração Orçamentária do Poder Legislativo. 4. Sistema de Administração de Serviços Gerais. 5. Sistema de Convênios do Governo Federal. 6. <http://www12.senado.gov.br/orcamento>. 7. <http://www12.senado.gov.br/federativo>. 8. <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil>. 9. <http://legis.senado.gov.br/geosenado/>. 10. <http://www12.senado.gov.br/orcamento/foam>





C | A
INTERIOR DESIGN

Cátia Alves

Designer de Interiores

MERCADO IMOBILIÁRIO, CONSTRUÇÃO E ARQUITETURA

Temos acompanhado nos últimos anos uma crescente elevação e valorização do mercado imobiliário, o que contribuiu também para o crescimento dos setores envolvidos como a construção civil e a arquitetura em toda a sua extensão.

Entre os vários assuntos especulativos relacionados ao mercado imobiliário, temos grande participação de opiniões relacionadas à famosa bolha imobiliária. Alguns economistas defensores ativos da existência da bolha, pautados no discurso de que a renda da população não acompanhava a mesma proporção da valorização dos imóveis, anunciavam que essa bolha deveria estourar logo após a Copa do Mundo, mas isso não ocorreu. No Brasil, além de não existir segunda hipoteca, um grande percentual de imóveis são vendidos para consumidores finais e o crédito imobiliário representa apenas 8% do PIB nacional. Houve, sim, um aumento de renda da população nos últimos anos, o que, por consequência, aumentou a demanda no setor.

Os anos que precederam esse crescimento estrondoso, foram anos de preparação para essa base econômica necessária à demanda que ocorreu nos últimos anos. Em 1997, através da Lei Nº 9.514, passa a existir a Alienação Fiduciária da Coisa Imóvel, um grande avanço, e em 2004 a Lei Nº 10.931, Patrimônio de Afetação, lei que assegura os direitos do consumidor, na compra do imóvel na planta.

Essas leis colaboraram para que o setor adquirisse mais segurança e confiabilidade, trazendo mais investidores, facilitando o financiamento de imóveis, estimulando a entrada de capitais das empresas no mercado, o que favoreceu substancialmente o mercado da construção civil. A valorização do mercado imobiliário foi um processo natural, pois o país apresentava baixos índices de desemprego e boas condições de financiamento. O terreno foi preparado, não aconteceu ao acaso.

O ano de 2014 foi vital para o setor imobiliário, promovendo o realinhamento de preços e a reestruturação das empresas envolvidas no processo.

Segundo Rodrigo Novelino, diretor comercial na imobiliária Duxxi São Paulo, 2015 será o ano das oportunidades e será marcado pela compra inteligente por parte dos investidores que estão cada vez mais vacinados sobre especulação. Existe um déficit habitacional de 15 milhões de habitações no Brasil, sendo 80% imóveis populares.

Dividindo-se o mercado em 60% de imóveis populares para consumidor final, 20% de imóveis para classe média com renda superior a 5 mil reais e 20% de investidores.

É pouco provável que ocorra uma queda desmedida de preços como muitos estão esperando, o que se espera para 2015 são ajustes no setor, assim como deve haver em todos os outros setores da economia, não se pode confundir queda com desaceleração. O que existe é uma desaceleração, e no momento não corremos o risco de queda. Somando-se a isso, teremos em 2015 um calendário mais favorável do que em 2014.

A construção civil no Brasil teve seu período de grande crescimento entre 2010 e 2012, embalada pelos programas Minha Casa, Minha Vida e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os resultados obtidos nesse período foram até superiores aos que os empresários do setor esperavam. Foi um período com aumento significativo de aquisição de imóveis por consumidores finais. Os investimentos aumentaram, as taxas de juros caíram; enfim, foi uma época em que faltava no mercado mão de obra qualificada para atender à grande demanda.

Mas, na sequência desse período áureo da construção civil, seguiu-se um ano desfavorável. 2013 foi um ano em que o PAC caminhou lentamente, as contratações de trabalhadores tiveram queda, houve baixa nas atividades do mercado imobiliário e diminuição das obras de infraestrutura. 2014 continuou no mesmo ritmo lento.

O cenário atual é de retração, os indicadores estão abaixo do desejável. Em 2015, o setor não deve crescer, mas sim se manter e estabilizar. A construção aguarda por melhorias do governo em relação à economia e deverão trabalhar a manutenção dos projetos já existentes no próximo ano.

Apesar do cenário atual ser de aguardar, uma pesquisa realizada pela Ernest & Young, em parceria com a FGV sobre crescimento populacional, mostra um cenário futuro mais promissor. O crescimento populacional é um fator relevante no mercado de novos imóveis. A pesquisa mostrou que o crescimento da população projetado para 2030 corresponderia à formação em média de aproximadamente 1,5 milhão de novas famílias por ano. Esse crescimento populacional combinado com elevado percentual de jovens em relação ao total da população e a estimativa de redução gradual do número de indivíduos por domicílio (média de 3,4 pessoas/moradia em 2007 para 2,5 pessoas por moradia em 2030) são fatores

que elevam o potencial de demanda por novos imóveis no mercado da construção civil nacional para os próximos anos. (Fonte: João Fortes Engenharia).

Nessa cadeia econômica, na qual vários setores são afetados e influenciados diretamente, a arquitetura no Brasil evoluiu muito nos últimos anos, principalmente a arquitetura de interiores. Acompanhando o crescimento que ocorreu nos últimos anos no mercado imobiliário, acompanhando as inovações na construção, a arquitetura caminhou no sentido de trazer novos conceitos de morar, relacionados tanto ao estilo de vida que vem mudando, como também à otimização de espaços cada vez menores.

Não apenas os projetos começaram a ser pensados de uma maneira diferente, como também os materiais e tecnologias foram se tornando mais eficientes e sofisticados.

Há alguns anos quem pensaria no conceito *varanda gourmet*, que está na lista de preferências dos clientes. Entrar em casa sem uso de chaves, usando apenas a digital. As indústrias paralelas a esse mercado também tiveram uma evolução notória, indústrias moveleiras, de iluminação, portas, entre outros, que atingem hoje um patamar de qualidade, comparado a empresas internacionais do ramo que sempre estiveram, anos atrás muito, à frente das empresas brasileiras.

Nos últimos anos, cerca de 5 mil brasileiros da área de arquitetura, *design*, e móveis, visitam a Feira Internacional de Milão, em busca de inovações tecnológicas, aperfeiçoamento, novos materiais, novos conceitos de morar, enquanto, há doze anos, esse número de visitantes brasileiros não chegava nem à metade.

O *boom* imobiliário pressionou positivamente vários segmentos da economia brasileira. Se hoje temos uma desaceleração nesse setor como na construção, também temos muito *know-how* adquirido para suportar o crescimento que houve.

O momento atual pede reorganização, reequilíbrio, realinhamento e restauração do que for necessário. É um ciclo se fechando, e um novo se abrindo, no qual todos os segmentos envolvidos deverão desde já se preparar para evoluir novamente quando o novo momento de crescimento chegar.

Cátia Alves, atua há dez anos como *Designer* de interiores e atualmente é consultora *prime* de imóveis na Imobiliária Duxxi.



RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

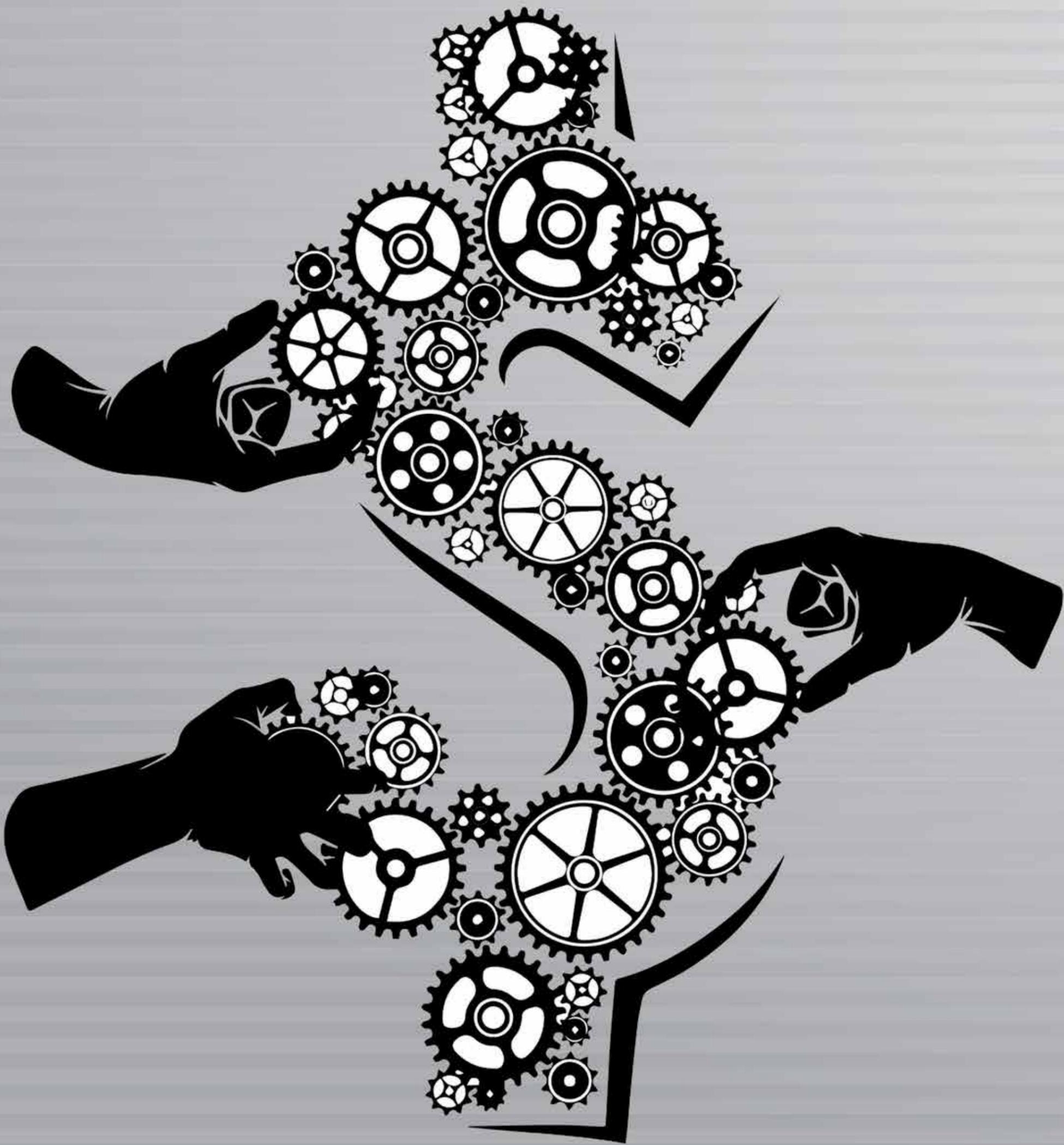
Save your life forever

Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br

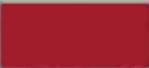




INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS
SOCIETÁRIOS E TRIBUTÁRIOS

O Instituto Nacional de Estudos Societários e Tributários trabalha em prol do fortalecimento da economia brasileira, dentre as quais destacam-se a realização de debates, estudos e pesquisas em matéria de direito societário, tributário, financeiro, econômico e empresarial no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Apoio Institucional

LOPES 
& CASTELO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
 QUINTANA

Imagine uma **ferramenta de recuperação de crédito** ágil, eletrônica e ainda com **segurança jurídica. É O PROTESTO.**

Garante a defesa dos interesses do consumidor, uma vez que ele é comunicado por correspondência com **Aviso de Recebimento (AR)**

O Protesto é **gratuito** para o credor (no Estado de São Paulo)

Índice de Recuperação de Crédito: média de 65% em até 5 dias úteis

O procedimento do Protesto é feito **eletronicamente**

Ocorre em aproximadamente **5 dias úteis**

Consultas gratuitas de Protesto: www.pesquisaprotesto.com.br ou 11 3292-8900

Ajuda a desafogar o Judiciário



Mais informações

Acesse: www.protesto.com.br
ou ligue 11 3242-2008

Para realizar uma consulta gratuita de Protesto, acesse:
www.pesquisaprotesto.com.br ou ligue 11 3292-8900

